



PROPOSTA DE LEI

Sumário: Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Advogados, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do número 1., do artigo 197.º da Constituição e do número 5., do artigo 53.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei aprova o Estatuto da Ordem dos Advogados.

Artigo 2.º

Aprovação do Estatuto da Ordem dos Advogados

É aprovado, em anexo à presente lei, dela fazendo parte integrante, o Estatuto da Ordem dos Advogados.

Artigo 3.º

Disposição transitória

1 - As alterações introduzidas pelo presente diploma são aplicáveis aos estágios que se iniciem, bem como aos processos disciplinares instaurados, em data posterior ao da respectiva data de entrada em vigor.

2 - O disposto no número 2., do artigo 198.º, do Estatuto da Ordem dos Advogados aplica-se aos Advogados estagiários que se inscrevam na Ordem dos Advogados após a data da entrada em vigor da presente lei.

3 - Incumbe ao conselho geral proceder às adaptações necessárias para a eleição e instalação do novo órgão da Ordem dos Advogados.



Artigo 4.º

Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no prazo de 90 dias após a sua publicação.

Anexo

ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

TÍTULO I

Ordem dos Advogados

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Denominação, natureza e sede

1 - Denomina-se Ordem dos Advogados a associação pública representativa dos profissionais que, em conformidade com os preceitos deste Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a Advocacia.

2 - A Ordem dos Advogados é uma pessoa colectiva de direito público e no exercício dos seus poderes públicos pratica os actos necessários ao desempenho das suas funções e aprova os regulamentos previstos na lei e no presente Estatuto, de forma independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma nas suas regras.

3 - A Ordem dos Advogados goza de personalidade jurídica e tem sede em Lisboa.

Artigo 2.º

Âmbito

1 - A Ordem dos Advogados tem âmbito nacional e está internamente estruturada em sete regiões:

- a) Lisboa;
- b) Porto;
- c) Coimbra;
- d) Évora;
- e) Faro;
- f) Açores;
- g) Madeira.

2 - As atribuições e competências da Ordem dos Advogados são extensivas à actividade dos Advogados e Advogados estagiários nela inscritos no exercício da respectiva profissão fora do território português.

3 - As regiões referidas no número 1., têm a correspondência territorial constante do Anexo I, que faz parte integrante deste Estatuto.

4 - As sedes das regiões são, respectivamente, Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Évora, Ponta Delgada e Funchal.

Artigo 3.º

Atribuições da Ordem dos Advogados

Constituem atribuições da Ordem dos Advogados:

- a) Defender o Estado de direito e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e colaborar na administração da justiça;
- b) Assegurar o acesso ao direito, nos termos da Constituição;



- c) Atribuir o título profissional de Advogado e certificar a qualidade de Advogado estagiário, bem como regulamentar o acesso e o exercício da respectiva profissão;

- d) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de Advogado, promovendo a formação inicial e permanente dos Advogados e o respeito pelos valores e princípios deontológicos;
- e) Representar a profissão de Advogado e defender os interesses, direitos, prerrogativas e imunidades dos seus membros, denunciando perante as instâncias nacionais e internacionais os actos que atentem contra aqueles;
- f) Reforçar a solidariedade entre os Advogados;
- g) Exercer, em exclusivo, poder disciplinar sobre os Advogados e Advogados estagiários;
- h) Promover o acesso ao conhecimento e aplicação do direito;
- i) Contribuir para o desenvolvimento da cultura jurídica e aperfeiçoamento da elaboração do Direito;
- j) Ser ouvida sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da Advocacia e ao patrocínio judiciário em geral e propor as alterações legislativas que se entendam convenientes;
- l) Contribuir para o estreitamento das ligações com organismos congéneres estrangeiros;
- m) Exercer as demais funções que resultem das disposições deste Estatuto ou de outros diplomas legais.

Artigo 4.º

Previdência social



A previdência social dos Advogados é realizada pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 5.º

Representação da Ordem dos Advogados

1 - A Ordem dos Advogados é representada em juízo e fora dele pelo Bastonário, pelos presidentes dos conselhos regionais, pelos presidentes das delegações ou pelos delegados, conforme se trate, respectivamente, de competências do conselho geral, dos conselhos regionais ou das delegações.

2 – No âmbito das atribuições previstas no artigo 3.º, nomeadamente a defesa de todos os seus membros em todos os assuntos relativos ao exercício da profissão ou ao desempenho de cargos nos órgãos da Ordem dos Advogados, quer se trate de responsabilidades que lhes sejam exigidas, quer de ofensas contra eles praticadas, pode a Ordem exercer os direitos de assistente ou conceder patrocínio em processos de qualquer natureza.

3 - A Ordem dos Advogados, quando intervenha como assistente em processo penal, pode ser representada por advogado diferente do constituído pelos restantes assistentes, havendo-os.

4- A Ordem dos Advogados está isenta de custas.

Artigo 6.º

Recursos

1 - Os actos praticados pelos órgãos da Ordem dos Advogados no exercício das suas atribuições admitem os recursos hierárquicos previstos no presente Estatuto.



2 - O prazo de interposição de recurso é de 15 dias, quando outro não se encontre especialmente previsto na lei.

3 - Dos actos praticados pelos órgãos da Ordem dos Advogados cabe, ainda, recurso contencioso para os tribunais administrativos, nos termos gerais de direito.

Artigo 7.º

Correspondência e requisição oficial de documentos

No exercício das suas competências legais podem os órgãos da Ordem dos Advogados corresponder-se com quaisquer entidades públicas, autoridades judiciárias e policiais, bem como órgãos de polícia criminal, podendo requisitar, com isenção de pagamento de despesas, documentos, cópias, certidões, informações e esclarecimentos, incluindo a remessa de processos em confiança, nos termos em que os organismos oficiais devem satisfazer as requisições dos tribunais judiciais.

Artigo 8.º

Dever de colaboração

1 - Todas as entidades públicas, autoridades judiciárias e policiais, bem como os órgãos de polícia criminal, têm o especial dever de prestar total colaboração aos órgãos da Ordem dos Advogados, no exercício das suas funções.

2 - Os particulares, sejam pessoas singulares ou colectivas, têm o dever de colaboração com os órgãos da Ordem dos Advogados no exercício das suas competências.

CAPÍTULO II

Órgãos da Ordem dos Advogados

SECÇÃO I



Disposições gerais

Artigo 9.º

Enumeração

1 - A Ordem dos Advogados prossegue as atribuições que lhe são conferidas neste Estatuto e demais legislação através dos seus órgãos próprios.

2 - São órgãos nacionais da Ordem dos Advogados:

a) O congresso dos Advogados portugueses;

b) A assembleia-geral;

c) O Bastonário;

d) O presidente do conselho superior;

e) O conselho geral;

f) O conselho superior;

g) O conselho fiscal.

3 - São órgãos regionais e locais da Ordem dos Advogados:

a) As assembleias regionais;

b) Os presidentes dos conselhos regionais;

c) Os conselhos regionais;

d) Os presidentes dos conselhos de deontologia;

e) Os conselhos de deontologia;

f) As assembleias locais;

g) As delegações e os delegados.

4 - A hierarquia protocolar dos titulares dos órgãos da Ordem dos Advogados é a seguinte:

a) O Bastonário;

b) O presidente do conselho superior;

c) O presidente do conselho fiscal;

d) Os membros do conselho geral, do conselho superior e do conselho fiscal;



- e) Os presidentes dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia;
- f) Os membros dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia;
- g) Os presidentes das delegações e os delegados;
- h) Os membros das delegações.

Artigo 10.º

Carácter electivo e temporário do exercício dos cargos sociais

1 - Sem prejuízo do estabelecido no artigo 62.º, os titulares dos órgãos da Ordem dos Advogados são eleitos por um período de três anos civis.

2 - Os mandatos dos titulares dos órgãos nacionais e regionais da Ordem dos Advogados são renováveis apenas por uma vez, em mandato consecutivo.

3 - O impedimento de renovação do mandato referido no número anterior não se aplica ao mandato que tiver tido uma duração inferior a um ano.

4 - Só são reelegíveis em mandato consecutivo dois terços dos membros dos órgãos colegiais, com excepção dos membros dos conselhos de deontologia.

5 - A eleição para o cargo de Bastonário é feita em simultâneo com a eleição para o conselho geral, sendo eleita a lista que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos, não se considerando como tal os votos nulos ou em branco, e designado como Bastonário o primeiro candidato da lista vencedora.

6 - Se nenhuma das listas concorrentes a Bastonário e conselho geral obtiver o número de votos referidos no número anterior, procede-se a segundo sufrágio, a realizar até ao vigésimo dia subsequente à primeira votação, ao qual concorrem as duas listas mais votadas no primeiro sufrágio.

7 - A eleição para os conselhos de deontologia é efectuada de forma a assegurar a representação proporcional de acordo com o método da média mais alta de Hondt, sendo todos os vice-presidentes da lista mais votada.

Artigo 11.º

Eleição dos titulares

1 - Só podem ser eleitos ou designados para quaisquer órgãos da Ordem os Advogados com inscrição em vigor e sem qualquer punição de carácter disciplinar, transitada em julgada, superior à advertência, aplicada nos últimos dez anos.

2 - Para os cargos de Bastonário, vice-presidentes do conselho geral, presidente e membros do conselho superior, presidentes e vice-presidentes dos conselhos regionais e presidentes e membros dos conselhos de deontologia só podem ser eleitos Advogados com, pelo menos, 10 anos de exercício da profissão e, para o conselho geral e para os conselhos regionais, advogados com, pelo menos, 5 anos de exercício da profissão.

3 - O disposto no número 1., não é aplicável ao revisor oficial de contas que integrar o conselho fiscal, com inscrição em vigor na respectiva associação pública profissional.

Artigo 12.º

Apresentação de candidaturas

1 - Excepto quanto às delegações, a eleição para os órgãos da Ordem dos Advogados depende da apresentação de propostas de candidatura perante o Bastonário em exercício até ao dia 30 de Setembro do ano imediatamente anterior ao do início do triénio subsequente.

2 - As propostas de candidatura a Bastonário e ao conselho geral, ao conselho superior e ao conselho fiscal são subscritas por um mínimo de 1000 Advogados com inscrição em vigor, as propostas de candidatura aos conselhos regionais e conselhos de deontologia de Lisboa e Porto são subscritas por um mínimo de 400 Advogados com inscrição em vigor, e as propostas de candidatura para os restantes conselhos regionais e conselhos de deontologia são subscritas por um mínimo de 40 Advogados com inscrição em vigor.

3 - As propostas de candidatura a Bastonário e ao conselho geral devem ser apresentadas em conjunto, acompanhadas das linhas gerais do respectivo programa.



4 - As propostas de candidatura ao conselho geral, ao conselho superior, ao conselho fiscal, aos conselhos regionais e conselhos de deontologia devem indicar os candidatos a presidente e a vice-presidentes do respectivo órgão.

5 - As assinaturas dos advogados proponentes devem ser autenticadas pelo conselho regional, pelas delegações da área do respectivo domicílio profissional ou por qualquer secção que integre o tribunal da respectiva comarca, ou ser reconhecidas por entidades com competência legal para o efeito, e ser acompanhadas pela indicação do número da cédula profissional e respectivo conselho emitente, bem como do número, data de validade e entidade emitente do respectivo documento de identificação.

6 - As propostas de candidatura devem conter declaração de aceitação de todos os candidatos, cujas assinaturas devem obedecer ao disposto no número anterior.

7 - Quando não seja apresentada qualquer candidatura para os órgãos cuja eleição dependa de tal formalidade, o Bastonário declara sem efeito a convocatória da assembleia ou o respectivo ponto da ordem do dia e, concomitantemente, designa data para nova reunião no prazo de 90 a 120 dias.

8 - A apresentação das propostas de candidatura tem lugar até 30 dias antes da data designada nos termos do número anterior.

9 - Na situação prevista no número 7., os membros em exercício continuam em funções até à tomada de posse dos novos membros eleitos.

10 - Se não for apresentada qualquer lista, o órgão cessante apresenta uma, com dispensa do estabelecido no número 2., no prazo de oito dias após a perenção do prazo para a apresentação das listas nos termos gerais.

Artigo 13.º

Data das eleições



- 1 - A eleição para os diversos órgãos da Ordem dos Advogados realiza-se entre os dias 15 e 30 de Novembro, em data a designar pelo Bastonário.
- 2 - As eleições para Bastonário e conselho geral, conselho superior, conselho fiscal, conselhos regionais, e conselhos de deontologia têm lugar sempre na mesma data.
- 3 - As mesas eleitorais podem subdividir-se em secções eleitorais.

Artigo 14.º

Voto

- 1 – Apenas os Advogados com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos têm direito de voto.
- 2 - O voto é secreto e obrigatório, podendo ser exercido pessoalmente, por meios electrónicos quando previstos no regulamento eleitoral em vigor, ou por

correspondência, dirigido, conforme o caso, ao Bastonário ou ao presidente do conselho regional.

3 - No caso de voto por correspondência o boletim é encerrado em sobrescrito, acompanhado de carta com a assinatura do votante autenticada ou reconhecida pela forma referida no número 5., do artigo 12.º.

4 - O Advogado que, sem motivo justificado, não exerça o seu direito de voto paga multa de montante igual a cinco vezes o valor da quotização mensal, a reverter para a Ordem dos Advogados.

5 - A justificação da falta deve ser apresentada pelo interessado, independentemente de qualquer notificação, no prazo de 15 dias a contar da data da votação, por carta dirigida ao conselho regional respectivo.

6 - Na falta de apresentação de justificação, ou no caso de esta ser considerada improcedente, há lugar ao pagamento da multa referida no número 4., no prazo máximo de 30 dias após a notificação da deliberação que determina a sua aplicação.

Artigo 15.º

Obrigatoriedade e gratuidade de exercício de funções

1 - Constitui dever do Advogado o exercício de funções nos órgãos da Ordem dos Advogados para que tenha sido eleito ou designado, constituindo falta disciplinar a recusa de tomada de posse, salvo no caso de escusa fundamentada, aceite pelo conselho superior ou, quanto aos delegados, pelo conselho regional respectivo.

2 - O exercício de cargos na Ordem dos Advogados é gratuito, salvo o cargo de Bastonário, quando em dedicação exclusiva, ressalvada a possibilidade de o Bastonário poder fazer intervenções como Advogado, desde que não remuneradas e em defesa da dignidade da Advocacia, do Estado de direito e dos direitos humanos.

Artigo 16.º

Renúncia ao cargo e suspensão temporária do exercício de funções

Quando sobrevenha motivo relevante, pode o Advogado titular de cargo nos órgãos da Ordem dos Advogados, mediante pedido fundamentado, solicitar ao conselho superior a aceitação da sua renúncia ou a suspensão temporária do exercício de funções, salvo quanto aos delegados, que a solicitam ao conselho regional respectivo.

Artigo 17.º

Perda de cargos na Ordem dos Advogados

1 - O Advogado eleito ou designado para o exercício de funções em órgãos da Ordem dos Advogados deve desempenhá-las com assiduidade e diligência.

2 - Perde o cargo o Advogado que, sem motivo justificado, não exerça as respectivas funções com assiduidade e diligência ou dificulte o funcionamento do órgão da Ordem dos Advogados a que pertença.



3 - A perda do cargo nos termos do presente artigo é determinada pelo próprio órgão, mediante deliberação tomada por três quartos dos votos dos respectivos membros.

4 - A perda do cargo de delegado depende de deliberação do conselho regional que o tenha designado tomada por maioria de três quartos dos votos dos respectivos membros.

5 - As deliberações previstas nos números 3., e 4., são obrigatoriamente precedidas de audição do Advogado.

Artigo 18.º

Efeitos das penas disciplinares no exercício de cargos

1 - O mandato para o exercício de qualquer cargo electivo na Ordem dos Advogados caduca sempre que o respectivo titular seja punido disciplinarmente com pena superior à de advertência e por efeito da irrecorribilidade da respectiva decisão.

2 - Em caso de suspensão preventiva, enquanto esta se mantiver, o titular respectivo fica suspenso do exercício de funções.

Artigo 19.º

Substituição do Bastonário

1 - No caso de escusa, renúncia, perda ou caducidade do mandato por motivo disciplinar ou no caso de morte ou de impedimento permanente do Bastonário, o primeiro vice-presidente do conselho geral assume o cargo.

2 - No caso de impedimento permanente, o conselho geral e o conselho superior, em reunião conjunta, convocada pelo presidente do conselho superior, deliberam previamente sobre a verificação do facto.

3 - Até à posse do novo Bastonário e em todos os casos de impedimento temporário, exerce as respectivas funções, sucessivamente, o 1.º vice-presidente, o 2.º vice-presidente ou o 3.º vice-presidente do conselho geral, havendo-os, e, na falta destes, o membro escolhido para o efeito pelo conselho geral.

Artigo 20.º

Substituição dos presidentes dos órgãos colegiais da Ordem dos Advogados

1 - No caso de escusa, renúncia, perda ou caducidade do mandato por motivo disciplinar ou morte, e ainda nos casos de impedimento permanente dos presidentes dos órgãos colegiais da Ordem dos Advogados, o 1.º vice-presidente é o novo presidente e, de entre os Advogados elegíveis inscritos nos competentes quadros da Ordem dos Advogados, designa um novo membro do referido órgão.

2 - À substituição prevista neste artigo aplica-se o disposto no número 2., do artigo anterior quanto à prévia verificação do facto impeditivo.

3 - Até à posse do novo presidente e em todos os casos de impedimento temporário, exercem as funções de presidente, sucessivamente, o 1.º vice-presidente, o 2.º vice-presidente ou o 3.º vice-presidente, havendo-os, e, na falta destes, o vogal que vier a ser eleito pelos membros do órgão em causa.

Artigo 21.º

Substituição dos restantes membros de órgãos colegiais

1 - No caso de escusa, renúncia, perda ou caducidade do mandato por motivo disciplinar ou por morte, e ainda nos casos de impedimento permanente dos membros dos órgãos colegiais da Ordem dos Advogados, à excepção dos presidentes, são os substitutos designados pelos restantes membros em exercício do respectivo órgão de entre os Advogados elegíveis inscritos nos competentes quadros.

2 - À substituição prevista neste artigo aplica-se o disposto no número 2., do artigo 19.º quanto à prévia verificação do facto impeditivo.

Artigo 22.º

Impedimento temporário



- 1 - No caso de impedimento temporário de algum membro de órgãos colegiais, o órgão a que pertence o impedido decide sobre a verificação do impedimento e determina a sua substituição.
- 2 - A substituição do Bastonário e dos presidentes dos órgãos colegiais processa-se na forma estabelecida, respectivamente, no número 3., do artigo 19.º e no número 3., do artigo 20.º.
- 3 - A substituição dos restantes membros com cargo específico, quando necessária, é determinada pelos respectivos órgãos.
- 4 - A substituição temporária dos delegados é decidida pelo respectivo conselho regional.

Artigo 23.º

Mandato dos substitutos

- 1 - Nos casos previstos nos artigos 19.º a 21.º, os membros substitutos, eleitos ou designados, exercem funções até ao termo do mandato do respectivo antecessor.
- 2 - Nos casos de impedimento temporário, os substitutos exercem funções pelo período de tempo correspondente à duração do impedimento.

Artigo 24.º

Honras e tratamentos

- 1 - Nas cerimónias oficiais, o Bastonário da Ordem dos Advogados tem honras e tratamentos idênticos aos devidos ao Procurador-Geral da República, sendo colocado imediatamente à sua esquerda.
- 2 - Para os efeitos previstos no número anterior:
 - a) O presidente do conselho superior, os membros do conselho geral e do conselho superior, o presidente do conselho fiscal e os presidentes dos conselhos regionais e de deontologia são equiparados aos juízes conselheiros;
 - b) Os membros do conselho fiscal, dos conselhos regionais, e dos conselhos de deontologia são equiparados aos juízes desembargadores;



c) Os membros das delegações, os delegados e os restantes Advogados são equiparados aos juízes de direito.

3 - O Advogado que exerça ou haja exercido cargos nos órgãos da Ordem dos Advogados tem direito a usar a insígnia correspondente, nos termos do respectivo regulamento.

4 - O Advogado que desempenhe ou tenha desempenhado funções nos conselhos da Ordem dos Advogados ou na Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, enquanto se encontre no exercício dos cargos e nos seis anos subsequentes, fica isento do dever de prestar quaisquer serviços no âmbito do acesso ao direito.

5 - Em caso de justificada necessidade, o conselho regional pode fazer cessar a isenção prevista no número anterior.

Artigo 25.º

Títulos honoríficos

O Advogado que tenha exercido cargo nos órgãos da Ordem dos Advogados conserva honorariamente o título correspondente ao cargo mais elevado que haja exercido.

Artigo 26.º

Referendo

1 - Os Advogados podem ser chamados a pronunciar-se a nível nacional, a título vinculativo ou consultivo, sobre questões de particular importância para a Advocacia ou para a Ordem dos Advogados.

2 - O regime do referendo constará de regimento aprovado pelo conselho geral.

SECÇÃO II

Congresso dos advogados portugueses

Artigo 27.º

Constituição

1 - O congresso representa todos os Advogados com inscrição em vigor, os Advogados honorários e ainda os antigos Advogados cuja inscrição tenha sido cancelada por efeito de reforma.

2 - Podem ser convidados como observadores delegados de associações de juristas nacionais e estrangeiras e de organizações profissionais de Advogados de outros países.

3 - Os membros dos conselhos geral, superior, fiscal, regionais e de deontologia, das delegações e os delegados participam no congresso, a título de observadores, podendo, nessa qualidade, intervir na discussão sem direito a voto.

Artigo 28.º

Competência

Compete ao congresso tratar e pronunciar-se sobre:

- a) O exercício da Advocacia, seu Estatuto e garantias;
- b) A administração da justiça;
- c) Os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos;
- d) O aperfeiçoamento da ordem jurídica em geral.

Artigo 29.º

Organização

1 - O congresso é organizado por uma comissão de honra, uma comissão organizadora e um secretariado.

2 - À comissão organizadora compete a elaboração do regimento do congresso e o respectivo programa.

3 - Compõem a comissão de honra, que será presidida por um titular de um órgão de soberania a convite do Bastonário, os antigos Bastonários, os Advogados honorários, os Advogados que tenham sido agraciados com a medalha de ouro ou a medalha de honra



da Ordem dos Advogados, o presidente e vice-presidentes do conselho superior, os presidentes dos conselhos de deontologia e, ainda, personalidades nacionais ou internacionais de reconhecido mérito jurídico e prestígio cultural e científico.

4 - Compõem a comissão organizadora do congresso o Bastonário, que preside, um representante designado por cada um dos conselhos regionais da Ordem dos Advogados e, ainda, no caso de o congresso ser convocado nos termos da alínea b) do número 1., do artigo 32.º, dois representantes designados pelos Advogados que solicitem a sua realização.

5 - O secretariado do congresso é o órgão executivo da comissão organizadora.

Artigo 30.º

Participação e voto

1 - Os Advogados são representados por delegados ao congresso, eleitos especialmente para o efeito, na área dos respectivos conselhos regionais.

2 - O número de delegados por conselho regional é proporcional ao número de Advogados inscritos no respectivo conselho, devendo corresponder a, pelo menos, um delegado por cada 100 Advogados com inscrição em vigor, nos termos a fixar no regimento do congresso.

3 - Se concorrer mais de uma lista para delegados, a composição representativa de cada conselho regional é proporcional ao número de votos obtidos por cada uma das listas.

4 - A votação no congresso é individual por cada delegado presente.

5 - O Bastonário da Ordem dos Advogados tem, por inerência, direito de voto.

6 - As eleições previstas no número 1., são realizadas, com as necessárias adaptações, nos termos dos artigos 11.º a 14.º deste Estatuto.

Artigo 31.º

Convocação e preparação



- 1 - O congresso dos Advogados portugueses realiza-se, ordinariamente, de cinco em cinco anos.
- 2 - O congresso é convocado pelo Bastonário com uma antecedência mínima de quatro meses, pela forma fixada para a convocação das assembleias-gerais.
- 3 - Nos dois meses seguintes à convocação, o Bastonário promove a constituição da comissão organizadora do congresso, que procede à elaboração do regimento e, tendo em conta as sugestões feitas pelos advogados e órgãos da Ordem dos Advogados, estabelece o respectivo programa, do qual devem constar os temas a debater.

Artigo 32.º

Congresso extraordinário

- 1 - Pode verificar-se a realização de congresso extraordinário, o qual depende:
 - a) De deliberação, sob proposta do Bastonário, ouvidos os presidentes dos conselhos regionais, tomada em reunião do conselho geral por maioria de dois terços dos votos expressos pelos membros em exercício;
 - b) De requerimento da décima parte dos Advogados com inscrição em vigor, os quais indicam simultaneamente os seus representantes na comissão organizadora do congresso e os temas que pretendem debater.
- 2 - À realização de congresso extraordinário é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos anteriores.

SECÇÃO III

Assembleia-geral

Artigo 33.º

Constituição e competência

- 1 - A assembleia-geral da Ordem dos Advogados é constituída por todos os Advogados com inscrição em vigor.



2 - À assembleia-geral cabe deliberar sobre todos os assuntos que não estejam compreendidos nas competências específicas dos restantes órgãos da Ordem dos Advogados, e ainda sobre:

- a) A aprovação do orçamento e plano de actividades da Ordem dos Advogados;
- b) A aprovação do relatório e contas da Ordem dos Advogados;
- c) A aprovação de projectos de alteração do Estatuto;
- d) A aprovação dos regulamentos sobre estágios profissionais, sobre as provas profissionais de acesso à profissão e sobre as especialidades profissionais;
- e) A aprovação de quotas e taxas;
- f) Matérias da competência do Bastonário ou do conselho geral, que lhes sejam submetidas, para decisão, pelo respectivo órgão competente.

Artigo 34.º

Reuniões da assembleia-geral

1 - A assembleia-geral reúne ordinariamente para a eleição do Bastonário e do conselho geral, do conselho superior e do conselho fiscal, para a discussão e aprovação do orçamento e plano de actividades da Ordem dos Advogados e para discussão e votação do relatório e contas da Ordem dos Advogados.

2 - A assembleia-geral reúne extraordinariamente sempre que os interesses superiores da Ordem dos Advogados o aconselhem e o Bastonário a convoque.

3 - O Bastonário deve convocar a assembleia-geral extraordinária quando tal lhe for solicitado pelo conselho geral, pelo conselho superior ou pela décima parte dos

Advogados com a inscrição em vigor, desde que seja legal o objecto da convocação e conexo com os interesses da profissão.

Artigo 35.º

Reunião da assembleia-geral ordinária



- 1 - A assembleia-geral ordinária para eleição do Bastonário e do conselho geral, do conselho superior e do conselho fiscal reúne nos termos previstos no artigo 13.º.
- 2 - A assembleia-geral destinada à discussão e aprovação do orçamento e plano de actividades da Ordem dos Advogados reúne até ao final do mês de Novembro do ano anterior ao do exercício a que diz respeito.
- 3 - A assembleia-geral destinada à discussão e votação do relatório e contas da Ordem dos Advogados realiza-se até ao final do mês de Abril do ano imediato ao do exercício respectivo.

Artigo 36.º

Convocatórias

- 1 - As assembleias-gerais são convocadas pelo Bastonário por meio de anúncios em que consta a ordem de trabalhos, publicados no portal da Ordem dos Advogados com, pelo menos, 20 dias de antecedência em relação à data designada para a reunião da assembleia que se realiza na sede da Ordem dos Advogados.
- 2 - Até 10 dias antes da data designada para a reunião das assembleias a que se referem os números 2., e 3, do artigo anterior, é comunicado a todos os Advogados com inscrição em vigor que os projectos de orçamento e plano de actividades e do relatório e contas se encontram disponíveis para consulta no portal da Ordem dos Advogados, podendo as respectivas cópias ser enviadas por correio electrónico mediante solicitação do Advogado.
- 3 - Com os avisos convocatórios de assembleias-gerais cuja ordem de trabalhos compreenda a realização de eleições são enviados os boletins de voto correspondentes a

todos os candidatos admitidos, sem prejuízo da possibilidade de se determinar a realização da votação exclusivamente por via electrónica, com dispensa do envio de tais boletins.

- 4 - Para efeito de validade das deliberações da assembleia-geral, só são consideradas essenciais as formalidades da convocatória referidas no número 1.



Artigo 37.º

Direito de voto

1 - O voto nas assembleias-gerais é facultativo, salvo se para fins electivos e para os efeitos previstos nos números 2., e 3., do artigo 35.º.

2 - O voto, quando facultativo ou para os efeitos previstos nos números 2., e 3., do artigo 35.º, não pode ser exercido por correspondência, sendo, no entanto, admissível o voto por procuração a favor de outro Advogado com inscrição em vigor.

3 - A procuração consta de comunicação digital certificada ou de carta dirigida ao Bastonário com a assinatura do mandante, autenticada ou reconhecida pela forma referida no número 5., do artigo 12.º.

4 - Os Advogados residentes nas Regiões Autónomas podem exercer o direito de voto por correspondência em todas as assembleias-gerais ordinárias.

Artigo 38.º

Executoriedade das deliberações

A executoriedade das deliberações das assembleias-gerais depende de prévio cabimento orçamental ou de concessão de crédito extraordinário devidamente aprovado.

SECÇÃO IV

Bastonário

Artigo 39.º

Presidente da Ordem dos Advogados

O Bastonário é o presidente da Ordem dos Advogados e, por inerência, presidente do congresso, da assembleia-geral e do conselho geral.

Artigo 40.º

Competência

1 - Compete ao Bastonário:



- a) Representar a Ordem dos Advogados em juízo e fora dele, designadamente perante os órgãos de soberania;
- b) Representar os institutos integrados na Ordem dos Advogados;
- c) Dirigir os serviços da Ordem dos Advogados de âmbito nacional;
- d) Velar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem dos Advogados e respectivos regulamentos e zelar pela realização das suas atribuições;
- e) Fazer executar as deliberações da assembleia-geral, do conselho geral e do conselho superior e dar seguimento às recomendações do congresso;
- f) Promover a cobrança das receitas da Ordem dos Advogados, autorizar despesas orçamentais e promover a abertura de créditos extraordinários, quando necessários;
- g) Apresentar anualmente ao conselho geral os projectos de orçamento e plano de actividades do conselho geral e da Ordem dos Advogados para o ano civil seguinte, as contas do ano civil anterior e o respectivo relatório;
- h) Promover, por iniciativa própria ou mediante solicitação dos conselhos da Ordem dos Advogados, os actos necessários ao patrocínio dos Advogados ou para que a Ordem se constitua assistente, nos termos previstos no número 2., do artigo 5.º;
- i) Cometer a qualquer órgão da Ordem dos Advogados ou aos respectivos membros a elaboração de pareceres sobre quaisquer matérias que interessem às atribuições da Ordem;
- j) Presidir à comissão de redacção da revista da Ordem dos Advogados ou indicar Advogado de reconhecida competência para tais funções;
- l) Assistir, querendo, às reuniões de todos os órgãos colegiais da Ordem dos Advogados, só tendo direito a voto nas reuniões do congresso, da assembleia-geral e do conselho geral e nas reuniões conjuntas deste com o conselho superior;

- m) Usar o voto de qualidade, em caso de empate, em todos os órgãos colegiais a que presida;



- n) Resolver conflitos de competência entre conselhos regionais e delegações que não pertençam à mesma região;
- o) Decidir os recursos interpostos das decisões sobre dispensa de sigilo profissional;
- p) Decidir os recursos interpostos das decisões sobre escusas e dispensas de patrocínio oficioso;
- q) Interpor recurso para o conselho superior das deliberações de todos os órgãos da Ordem dos Advogados, exceptuando o conselho geral, que julgue contrárias às leis e regulamentos ou aos interesses da Ordem dos Advogados ou dos seus membros;
- r) Exercer em casos urgentes as competências do conselho geral;
- s) Exercer as demais funções que as leis e os regulamentos lhe confirmam.

2 - O Bastonário pode delegar em qualquer membro do conselho geral qualquer uma das suas competências.

3 - O Bastonário pode, com o acordo do conselho geral, delegar a representação da Ordem dos Advogados ou atribuir funções especificamente determinadas a qualquer Advogado.

4 - O Bastonário pode ainda consultar os antigos Bastonários, individualmente ou em reunião por ele presidida, e delegar neles a sua representação, incumbindo-os de funções especificamente determinadas.

SECÇÃO V

Presidente do conselho superior

Artigo 41.º

Competência

Compete ao presidente do conselho superior:

- a) Resolver conflitos de competência entre conselhos de deontologia;
- b) Diligenciar na resolução amigável de desinteligências entre Advogados inscritos em diferentes regiões;



- c) Diligenciar na resolução amigável de desinteligências entre Advogados que exerçam ou tenham exercido funções de Bastonário, presidente do conselho superior, membros do conselho geral ou do conselho superior, presidentes dos conselhos regionais, presidentes dos conselhos de deontologia ou membros dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia;
- d) Representar a Ordem dos Advogados no âmbito das competências do conselho superior;
- e) Zelar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem dos Advogados e respectivos regulamentos, no cumprimento das competências que lhe são conferidas;
- f) Cometer aos membros do conselho superior a elaboração de pareceres sobre matérias que interessem aos fins e atribuições da Ordem dos Advogados;
- g) Usar de voto de qualidade, em caso de empate, em deliberações do conselho superior;
- h) Em caso de urgência e de manifesta impossibilidade de reunir, exercer a competência atribuída ao conselho superior, devendo dar conhecimento ao mesmo na primeira reunião seguinte;
- i) Exercer as demais atribuições que a lei ou os regulamentos lhe confirmam.

SECÇÃO VI

Conselho superior

Artigo 42.º

Composição

1 - O conselho superior é o supremo órgão jurisdicional da Ordem dos Advogados, composto pelo presidente, com voto de qualidade, por 2 a 5 vice-presidentes e por 16 a 19 vogais, consoante o número de vice-presidentes, sendo, pelo menos, 4 inscritos pela região de Lisboa, 4 pela região do Porto e 5 pelas restantes regiões.

2 - Na primeira sessão de cada triénio, o conselho elege, de entre os seus vogais, um ou mais secretários e um tesoureiro.



Artigo 43.º

Pleno e secções

- 1 - O conselho superior reúne em sessão plenária e por secções, cada uma delas constituída por sete membros.
- 2 - O presidente do conselho superior preside às sessões plenárias e pode participar, com direito a voto, nas reuniões das secções, as quais são presididas por cada um dos vice-presidentes.
- 3 - Sempre que o presidente do conselho superior não esteja presente, o voto de qualidade assiste ao vice-presidente que presida à respectiva reunião.

Artigo 44.º

Competência

- 1 - Compete ao conselho superior, reunido em sessão plenária:
 - a) Julgar os recursos interpostos das decisões das secções referidas nas alíneas b) e e) do número 3.;
 - b) Julgar os recursos das deliberações dos conselhos de deontologia;
 - c) Julgar os processos disciplinares em que sejam arguidos o Bastonário, antigos Bastonários e membros actuais do conselho superior ou do conselho geral;
 - d) Deliberar sobre pedidos de escusa, de renúncia e de suspensão temporária de cargo, nos termos dos artigos 15.º e 16.º, e julgar os recursos das decisões dos órgãos da Ordem dos Advogados que determinarem a perda de cargo de qualquer dos seus membros ou declararem a verificação de impedimento para o seu exercício;
 - e) Deliberar sobre impedimentos e perda do cargo dos seus membros e suspendê-los preventivamente, em caso de falta disciplinar, no decurso do respectivo processo;
 - f) Fixar a data das eleições para os diversos órgãos da Ordem dos Advogados, quando tal não seja da competência do Bastonário;
 - g) Convocar assembleias-gerais e assembleias regionais, quando tenha sido excedido o prazo para a respectiva convocação;

- h) Elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
 - i) Elaborar proposta de regulamento dos laudos sobre honorários;
 - j) Elaborar proposta de regulamento disciplinar;
 - l) Uniformizar a actuação dos conselhos de deontologia.
- 2 - Compete ao conselho superior e ao conselho geral, em reunião conjunta:
- a) Julgar os recursos das deliberações sobre perda do cargo e exoneração dos membros do conselho superior e do conselho geral;
 - b) Deliberar sobre a renúncia ao cargo de Bastonário;
 - c) Deliberar sobre os conflitos de competências entre órgãos nacionais e regionais e uniformizar a actuação dos mesmos.
- 3 - Compete às secções do conselho superior:
- a) Julgar os recursos das deliberações, em matéria disciplinar, dos conselhos de deontologia;
 - b) Ratificar as penas de expulsão;
 - c) Instruir os processos em que sejam arguidos o Bastonário, antigos Bastonários e os membros actuais do conselho geral e do conselho superior;
 - d) Instruir e julgar, em 1.^a instância, os processos em que sejam arguidos os antigos membros do conselho geral ou do conselho superior e os antigos ou actuais membros dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia;
 - e) Dar laudo sobre honorários, quando solicitado pelos tribunais, pelos outros conselhos ou, em relação às respectivas contas, por qualquer Advogado ou seu representante ou qualquer consulente ou constituinte.

SECÇÃO VII

Conselho geral

Artigo 45.º

Composição

1 - O conselho geral é presidido pelo Bastonário e composto por 2 a 5 vice-presidentes e 15 a 18 vogais, consoante o número de vice-presidentes, eleitos directamente pela assembleia-geral, sendo, pelo menos, 5 Advogados inscritos pela região de Lisboa, 4 pelo Porto e 5 pelas restantes regiões.

2 - Na primeira sessão de cada triénio o conselho geral elege, de entre os seus vogais, um ou mais secretários e um tesoureiro.

3 - O Bastonário pode convocar para as reuniões do conselho geral os presidentes dos conselhos regionais, que têm, neste caso, direito de voto e podem fazer-se representar por um membro do conselho respectivo.

Artigo 46.º

Competência

1 - Compete ao conselho geral:

a) Definir a posição da Ordem dos Advogados perante os órgãos de soberania e da Administração Pública no que se relacione com a defesa do Estado de direito, dos direitos, liberdades e garantias e com a administração da justiça;

b) Emitir parecer sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da Advocacia e ao patrocínio judiciário em geral;

c) Propor as alterações legislativas que se entendam convenientes;

d) Deliberar sobre todos os assuntos que respeitem ao exercício da profissão, aos interesses dos Advogados e à gestão da Ordem dos Advogados que não estejam especialmente cometidos a outros órgãos da Ordem;

e) Decidir os recursos das deliberações dos conselhos regionais;



- f) Proceder à inscrição dos Advogados e Advogados estagiários, tramitada preparatoriamente pelos conselhos regionais competentes, e manter actualizados os respectivos quadros gerais, tal como os dos Advogados honorários;
- g) Elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- h) Elaborar e aprovar os regulamentos que não sejam da competência da assembleia-geral, do conselho superior ou dos conselhos regionais;
- i) Elaborar e aprovar os regimentos previstos no presente Estatuto, designadamente os regimentos dos diversos institutos e comissões;
- j) Elaborar e aprovar a regulamentação interna dos serviços da Ordem dos Advogados, incluindo os relativos às atribuições e competências do seu pessoal e os relativos à contratação e despedimento do pessoal da Ordem dos Advogados;
- l) Submeter à aprovação da assembleia-geral as propostas dos regulamentos sobre estágios profissionais, sobre as provas profissionais de acesso à profissão e sobre as especialidades profissionais;
- m) Formular recomendações de modo a procurar uniformizar, quanto possível, a actuação dos diversos conselhos regionais;
- n) Discutir e aprovar os pareceres dos seus membros e os solicitados pelo Bastonário a outros Advogados;
- o) Fixar o valor das quotas e das taxas a pagar pelos Advogados;
- p) Fixar os emolumentos devidos pela emissão de documentos ou práticas de actos no âmbito de serviços da Ordem dos Advogados;
- q) Nomear os Advogados que, em representação da Ordem dos Advogados, devem integrar comissões eventuais ou permanentes;
- r) Nomear as direcções dos institutos criados no seio da Ordem dos Advogados;
- s) Nomear comissões para a execução de tarefas ou estudos sobre assuntos de interesse da Ordem dos Advogados;



t) Submeter à aprovação da assembleia-geral o orçamento e plano de actividades para o ano civil seguinte, as contas do ano civil anterior e o respectivo relatório sobre as actividades anuais que forem apresentadas pelo Bastonário;

u) Abrir créditos extraordinários quando seja manifestamente necessário;

v) Cobrar as receitas gerais da Ordem dos Advogados quando a cobrança não pertença aos conselhos regionais ou delegações e as dos institutos pertencentes à Ordem dos Advogados e autorizar despesas, tanto de conta do orçamento geral da Ordem como de créditos extraordinários;

x) Arrecadar e distribuir receitas, satisfazer as despesas, aceitar doações e legados feitos à Ordem dos Advogados e administrá-los, se não forem destinados a serviços e instituições dirigidos por qualquer conselho regional ou delegação, alienar ou onerar bens e contrair empréstimos;

z) Prestar patrocínio aos Advogados que hajam sido ofendidos no exercício da sua profissão ou por causa dela, quando para isso seja solicitado pelo respectivo conselho regional ou delegação e, sem dependência de tal solicitação, em caso de urgência ou se os Advogados ofendidos pertencerem ou tiverem pertencido ao conselho geral ou ao conselho superior;

aa) Fixar os subsídios de deslocação dos membros dos conselhos;

bb) Deliberar sobre instauração ou defesa em quaisquer procedimentos judiciais relativos à Ordem dos Advogados e sobre a confissão, desistência ou transacção nos mesmos;

cc) Aprovar as transferências de verbas e outros créditos extraordinários votados pelo próprio conselho geral, pelos conselhos regionais e pelas delegações;

dd) Deliberar sobre a realização do congresso dos Advogados portugueses;

ee) Conferir o título de Advogado honorário a Advogados que tenham deixado a Advocacia depois de a haverem exercido distintamente durante 20 anos, pelo menos, e se tenham assinalado como juristas eminentes;

ff) Atribuir a medalha de honra dos Advogados a cidadãos nacionais ou estrangeiros que tenham prestado serviços relevantes na defesa do Estado de direito ou à Advocacia;

gg) Aprovar os pactos sociais das sociedades de Advogados previstas no presente Estatuto;

hh) Nomear o revisor oficial de contas que integra o conselho fiscal;

ii) Exercer as demais atribuições que as leis e os regulamentos lhe confirmam.

2 - O conselho geral pode delegar em qualquer dos seus membros as competências indicadas no número anterior.

Artigo 47.º

Reuniões

O conselho geral reúne quando convocado pelo Bastonário, por iniciativa deste ou mediante solicitação, por escrito, da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

SECÇÃO VIII

Conselho fiscal

Artigo 48.º

Composição

1- O conselho fiscal é constituído por um presidente, dois vogais e um revisor oficial de contas.

2 - À eleição do presidente e dos vogais é aplicável o disposto os artigos 10.º, e seguintes.

3 - O revisor oficial de contas é nomeado por deliberação do conselho geral.

Artigo 49.º

Competência

1 - Compete ao conselho fiscal:

- a) Acompanhar e controlar a gestão financeira da Ordem dos Advogados;
- b) Apreciar e emitir parecer sobre o orçamento, relatório de actividades e contas anuais da Ordem dos Advogados;

c) Fiscalizar a organização da contabilidade da Ordem dos Advogados e o cumprimento das disposições legais e dos regimentos, nos domínios orçamental, contabilístico e de tesouraria, informando o conselho geral e o conselho superior de quaisquer desvios ou anomalias que verifique;

d) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a Ordem dos Advogados, nos domínios orçamental, contabilístico, financeiro e fiscal, que seja submetido à sua apreciação pelo Bastonário, pelo conselho geral ou pelo conselho superior.

2 – Tendo em vista o adequado desempenho das respectivas funções, o conselho fiscal poderá solicitar:

- a) Aos outros órgãos, todas as informações e esclarecimentos necessários ao desempenho dessas funções;
- b) Ao Bastonário, a convocação de reuniões conjuntas com o conselho geral, para apreciação de questões compreendidas no âmbito das suas competências.

Artigo 50.º

Reuniões do conselho fiscal

O conselho fiscal reúne ordinariamente, de três em três meses e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a pedido de qualquer dos membros do conselho ou a solicitação do Bastonário, do conselho geral ou do conselho superior.



SECÇÃO IX

Assembleias regionais

Artigo 51.º

Assembleias regionais

1 - Em cada região funciona uma assembleia regional constituída por todos os Advogados inscritos por essa região e com a inscrição em vigor.

2 - Compete às assembleias regionais:

- a) Aprovar o seu regimento;
- b) Eleger os conselhos regionais e os conselhos de deontologia;
- c) Aprovar o plano de actividades e a proposta de orçamento a ser considerada no orçamento da Ordem dos Advogados para o ano seguinte, tal como o relatório de actividades e contas dos conselhos regionais;
- d) Deliberar sobre a constituição e funcionamento da assembleia local nos termos do disposto no número 2., do art.º 60.º;
- e) Exercer as demais competências previstas na lei.

Artigo 52.º

Reuniões das assembleias regionais

1 - As assembleias regionais reúnem ordinariamente para a eleição dos respectivos conselhos regionais e de deontologia, bem como para discussão e aprovação do orçamento e plano de actividades dos conselhos regionais e das respectivas contas e relatório de actividades.

2 - As assembleias regionais são convocadas e presididas pelo respectivo presidente do conselho regional.

3 - À convocação e funcionamento das assembleias regionais é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido nos artigos 34.º a 37.º do presente Estatuto.

SECÇÃO X

Conselhos regionais

Artigo 53.º

Constituição

1 - Em cada uma das regiões referidas no número 1., do artigo 2.º, funciona um conselho regional.

2 - Cada conselho regional é composto por um presidente, ao qual assiste voto de qualidade.

3 - Cada conselho regional elege um vice-presidente, à excepção dos conselhos regionais de Lisboa e Porto que elegem, respectivamente, três e dois vice-presidentes, sendo ainda eleitos 17 vogais para os conselhos de Lisboa, 14 do Porto, 9 de Coimbra, 6 de Évora, 5 de Faro, 4 da Madeira e 4 dos Açores.

4 - Cada conselho regional elege, no início do triénio, os vogais do conselho que desempenham os cargos de secretário e de tesoureiro.

Artigo 54.º

Competência

1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial:

- a) Definir a posição do conselho regional naquilo que se relacione com a defesa do Estado de direito e dos direitos, liberdades e garantias, transmitindo-a ao conselho geral;
- b) Emitir pareceres sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da Advocacia e ao patrocínio judiciário em geral, quando tal lhe seja solicitado pelo conselho geral;
- c) Zelar pela dignidade e independência da Ordem dos Advogados e assegurar o respeito dos direitos dos Advogados;



- d) Enviar ao conselho geral, no mês de Novembro de cada ano, relatórios sobre a administração da justiça, o exercício da Advocacia e as relações desta com as magistraturas judiciais e com a Administração Pública da respectiva área territorial;
- e) Cooperar com os demais órgãos da Ordem dos Advogados e suas comissões na prossecução das respectivas competências;
- f) Pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional;
- g) Tomar, quando necessário, as providências tidas por adequadas em relação a toda a documentação profissional existente no escritório do Advogado com inscrição em vigor,

nos casos em que este faleça ou seja declarado interdito;

- h) Promover a formação inicial e contínua dos Advogados e Advogados estagiários, designadamente organizando ou patrocinando conferências e sessões de estudo;
- i) Submeter à aprovação da assembleia regional o orçamento e o plano de actividades para o ano civil seguinte e as contas do ano anterior, bem como o respectivo relatório de actividades;
- j) Deliberar sobre a instalação de serviços e institutos não administrados directamente pelo conselho geral e respeitantes à respectiva região;
- l) Receber do conselho geral a parte que lhe caiba nas contribuições dos Advogados para a Ordem dos Advogados, cobrar directamente as receitas próprias dos serviços e institutos a seu cargo e autorizar despesas, nos termos do orçamento e de créditos extraordinários;
- m) Receber e tramitar preparatoriamente as inscrições dos Advogados e dos Advogados estagiários;
- n) Convocar assembleias locais quando tenha sido excedido o prazo para a respectiva convocação e tomar as demais providências necessárias para assegurar o funcionamento permanente das delegações;
- o) Nomear delegado nos municípios onde não possa ser constituída a assembleia local;



- p) Nomear Advogado ao interessado que lhe solicite por não encontrar quem aceite voluntariamente o seu patrocínio e notificar essa nomeação, logo que realizada, ao requerente e ao Advogado nomeado;
- q) Julgar a escusa que o Advogado nomeado nos termos referidos na alínea anterior eventualmente alegue, e que deve requerer dentro das quarenta e oito horas contadas da notificação da sua nomeação ou do facto superveniente que a fundamente;
- r) Deliberar sobre o pedido de escusa, de renúncia e de suspensão temporária do cargo, nos termos dos artigos 15.º e 16.º, relativamente aos delegados da respectiva região;
- s) Elaborar e aprovar o regimento do respectivo conselho regional e o relativo às atribuições e competências do seu pessoal;
- t) Solicitar informação dos resultados das inspecções efectuadas aos tribunais, serviços do Ministério Público, funcionários judiciais e serviços de registo e notariado instalados na área da sua competência territorial;
- u) Aplicar as multas a que se refere o número 4., do artigo 14.º deste Estatuto;
- v) Exercer as competências que lhe são conferidas por lei relativas aos processos de procuradoria ilícita na área da sua região;
- x) Exercer as demais atribuições que as leis e os regulamentos lhe confirmam.
- 2 - O conselho regional pode delegar qualquer das suas competências em algum ou alguns dos seus membros, podendo estes funcionar em comissão.
- 3 - Ocorrendo a situação prevista no número anterior, qualquer dos membros pode, por sua iniciativa ou imediatamente após a votação na comissão, suscitar a ratificação da decisão ou da deliberação pelo pleno do conselho, caso em que este avoca a competência que tenha delegado.



4 - O conselho regional pode também delegar nas delegações ou delegados alguma ou algumas das suas competências e deliberar a atribuição de dotações orçamentais a determinadas delegações.

5 - O disposto no número anterior pode ser aplicado a agrupamentos de delegações constituídas nos termos do disposto no artigo 63.º.

SECÇÃO XI

Presidentes dos conselhos regionais

Artigo 55.º

Competência

1 - Compete ao presidente do conselho regional, no âmbito da sua competência territorial:

- a) Representar a Ordem dos Advogados no âmbito das competências do conselho regional respectivo;
- b) Representar os institutos integrados na Ordem dos Advogados que exerçam actividades apenas na respectiva região;
- c) Administrar e dirigir os serviços do conselho regional;
- d) Velar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem dos Advogados e respectivos regulamentos e zelar pelo cumprimento das atribuições que lhe são conferidas;
- e) Promover a cobrança de receitas do conselho regional;
- f) Apresentar anualmente, até ao final do mês de Agosto, o projecto de orçamento e o plano de actividades para o ano civil seguinte e, até final de Março, as contas do ano civil anterior e o respectivo relatório;
- g) Convocar e presidir às reuniões da assembleia regional e do conselho regional;
- h) Usar de voto de qualidade, em caso de empate, em deliberações do conselho regional;



- i) Assistir, querendo, às reuniões das assembleias locais e das delegações, sem direito a voto;
- j) Resolver conflitos de competência entre delegações da respectiva região;
- l) Prorrogar o período de estágio dos Advogados estagiários, nos termos previstos no presente Estatuto;
- m) Autorizar a revelação de factos abrangidos pelo dever de guardar sigilo profissional, quando tal lhe seja requerido, nos termos previstos neste Estatuto;
- n) Decidir sobre os pedidos de escusa e dispensa no patrocínio officioso, apresentados pelos Advogados e Advogados estagiários da respectiva região;
- o) Conceder a autorização a que se reporta o número 2., do artigo 92.º;
- p) Em caso de urgência e de manifesta impossibilidade de reunir, exercer a competência atribuída ao conselho regional, devendo dar conhecimento do facto ao mesmo na primeira reunião seguinte;

q) Exercer as demais atribuições que a lei e os regulamentos lhe confirmam.

2 - O presidente do conselho regional pode delegar em um ou mais vice-presidentes a competência prevista na alínea l) do número anterior.

3 - O presidente do conselho regional pode, ainda, delegar qualquer uma das suas restantes competências em algum ou alguns dos seus membros, bem como nas delegações ou nos respectivos delegados, podendo os membros com poderes delegados funcionar em comissão.

SECÇÃO XII

Conselhos de deontologia

Artigo 56.º

Composição

1 - Em cada uma das regiões referidas no número 1., do artigo 2.º, funciona um conselho de deontologia, composto pelo presidente, com voto de qualidade, por um vice-presidente, com exceção dos conselhos de Lisboa, que elege três vice-presidentes, do Porto e de Coimbra, que elegem, cada um, dois vice-presidentes, e por mais 16 vogais em Lisboa, 12 no Porto e em Coimbra, 5 em Évora, Faro, Madeira e Açores.

2 - Na primeira sessão do mandato o conselho elege, de entre os vogais, um secretário e um tesoureiro.

Artigo 57.º

Funcionamento

1 - O conselho de deontologia de Lisboa funciona em quatro secções e os conselhos de deontologia do Porto e de Coimbra em três secções, constituídas, cada uma, por cinco membros, devendo a primeira ser presidida pelo presidente do conselho e as restantes pelos vice-presidentes.

2 - A composição das secções é fixada na primeira sessão de cada mandato.

Artigo 58.º

Competência

Compete aos conselhos de deontologia:

a) Exercer o poder disciplinar em 1.ª instância e instruir e julgar os processos de averiguação de inidoneidade para o exercício da profissão relativamente aos Advogados e Advogados estagiários com domicílio profissional na área da respectiva região, com exceção dos casos em que estas competências são atribuídas ao conselho superior, nos termos do disposto no artigo 44.º;

b) Velar pelo cumprimento, por parte dos Advogados e Advogados estagiários com domicílio profissional na área da respectiva região, das normas de deontologia profissional, podendo, independentemente de queixa e por sua própria iniciativa, quando o julgarem justificado, conduzir inquéritos e convocar para declarações os

referidos Advogados, com o fim de aquilatar do cumprimento das referidas normas e promover a acção disciplinar, se for o caso;

- c) Submeter à aprovação do conselho regional o orçamento para o ano civil seguinte e as contas do ano anterior, bem como o respectivo relatório de actividades;
- d) Exercer as demais atribuições que as leis e os regulamentos lhes confirmam.

SECÇÃO XIII

Presidentes dos conselhos de deontologia

Artigo 59.º

Competência

1 - Compete aos presidentes dos conselhos de deontologia:

- a) Administrar e dirigir os serviços dos conselhos de deontologia respectivos;
- b) Convocar e presidir às reuniões;
- c) Cometer aos membros do respectivo conselho de deontologia a elaboração de pareceres sobre matérias referentes à ética e à deontologia profissionais;

- d) Diligenciar no sentido de resolver amigavelmente as desinteligências entre Advogados da respectiva região;
- e) Em caso de urgência e de manifesta impossibilidade de reunir, exercer a competência atribuída ao conselho de deontologia, devendo dar conhecimento do facto ao mesmo na primeira reunião seguinte;
- f) Usar voto de qualidade, em caso de empate, em deliberações do conselho de deontologia;
- g) Exercer as demais competências que as leis e os regulamentos lhe confirmam.

2 - O presidente do conselho de deontologia pode delegar em qualquer dos membros do conselho respectivo as competências referidas nas alíneas d) a g) do número anterior.

SECÇÃO XIV

Delegações

Artigo 60.º

Assembleias locais

- 1 – Em cada município que não seja o da sede de região e em que haja, pelo menos, 10 Advogados inscritos, funciona uma assembleia local constituída por todos os Advogados inscritos pela respectiva delegação.
- 2 – Nos municípios que sejam sede de região, a assembleia regional respectiva delibera sobre a constituição e funcionamento da assembleia local nos termos do número anterior.
- 3 – As assembleias locais reúnem ordinariamente para a eleição da respectiva delegação.
- 4 – As assembleias locais são convocadas e presididas pelo respectivo presidente da delegação ou, na falta desta, pelo delegado da Ordem dos Advogados no município.
- 5 – À convocação e funcionamento das assembleias locais é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido nos artigos 34.º a 37.º.

Artigo 61.º

Delegação

- 1 – Em cada município em que possa ser constituída a assembleia local funciona uma delegação composta por um presidente e por mais dois a quatro membros, sendo um secretário e um tesoureiro.
- 2 – Nos municípios com mais de 100 Advogados inscritos, a delegação pode ser composta por um máximo de oito membros, além do presidente, mediante deliberação da assembleia local.
- 3 – A eleição para a delegação depende de apresentação de candidaturas e rege-se pelo regulamento eleitoral.

Artigo 62.º

Delegados da Ordem dos Advogados

- 1 – Nos municípios onde não possa ser constituída a assembleia local por falta do número mínimo legal de Advogados nela inscritos, há um delegado da Ordem dos Advogados nomeado pelo respectivo conselho regional, de entre os Advogados inscritos por esse município.
- 2 – O delegado é também nomeado pelo conselho regional quando a assembleia local não proceda à eleição da respectiva delegação.
- 3 – As assembleias locais são convocadas e presididas pelo respectivo presidente da delegação ou, na falta desta, pelo delegado da Ordem dos Advogados na comarca.
- 4 – À convocação e funcionamento das assembleias locais é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido nos artigos 34.º a 37.º.

Artigo 63.º

Agrupamentos de delegações

- 1 – A área de intervenção e de tutela de determinadas delegações pode incluir outras delegações ou delegados de uma determinada circunscrição territorial, criada ou modificada sob a égide do conselho regional.
- 2 – Os agrupamentos de delegações devem:
 - a) Possuir estruturas físicas e administrativas funcionais;
 - b) Reunir regularmente com os demais agrupamentos de delegações existentes no correspondente conselho regional, bem como com as delegações e delegados das suas áreas de intervenção;
 - c) Elaborar propostas para apreciação e deliberação dos respectivos conselhos regionais e, eventualmente, ter assento e voto nas reuniões destes órgãos;



d) Apresentar os orçamentos e os relatórios de contas e actividades aos conselhos regionais para aprovação, de acordo com as necessidades e prioridades das suas áreas de intervenção, ouvidas as delegações e os delegados das suas circunscrições.

3 – Os agrupamentos de delegações podem promover reuniões a nível dos vários conselhos regionais, ou mesmo a nível nacional, para discussão e aprovação de conclusões e propostas a apresentar aos órgãos da Ordem dos Advogados, através dos conselhos regionais.

Artigo 64.º

Competência dos agrupamentos de delegações, das delegações e dos delegados

1 – Compete aos agrupamentos de delegações ou, quando estes não existam, às delegações ou aos delegados da Ordem dos Advogados, na respectiva área territorial:

- a) Manter actualizado o quadro dos Advogados e Advogados estagiários inscritos pelo município;
- b) Dirigir a conferência de Advogados e as sessões de estudo e, com a colaboração de outras delegações ou delegados, as conferências que em comum tenham organizado;
- c) Apresentar anualmente ao conselho regional, para discussão e votação, o orçamento e o plano de actividades da delegação, bem como as contas do ano anterior e o respectivo relatório de actividades;
- d) Receber e administrar as dotações que lhes forem atribuídas pelo conselho geral e regional e as receitas próprias;
- e) Prestar aos restantes órgãos da Ordem dos Advogados a colaboração que lhes seja solicitada e cumprir pontualmente as respectivas deprecadas;
- f) Gerir as salas de Advogados nos edifícios dos tribunais;
- g) Exercer as demais competências que a lei e os regulamentos lhes confirmam.



2 – Compete ainda aos agrupamentos de delegações ou, quando estes não existam, às delegações ou aos delegados exercer as competências que lhes tenham sido delegadas pelo conselho regional ou pelo presidente do conselho regional, designadamente:

- a) Promover a criação e instalação de gabinetes de consulta jurídica, bem como exercer as demais funções no âmbito do acesso ao direito;
- b) Emitir os cartões de identificação de empregado forense na área do respectivo município;
- c) Receber reclamações dos colegas sobre o funcionamento dos tribunais e, se pertinentes, canalizá-las para os órgãos superiores da Ordem dos Advogados a fim de serem enviadas às entidades competentes;
- d) Solicitar informações dos resultados das inspeções efectuadas aos tribunais, serviços do Ministério Público, funcionários judiciais e serviços de registo e notariado instalados na área da sua competência territorial;
- e) Proceder à criação de núcleos de apoio à formação de Advogados e Advogados estagiários;
- f) Criar e desenvolver os meios adequados ao combate à procuradoria ilícita, sem prejuízo do disposto na alínea v) do número 1., do artigo 54.º.

TÍTULO II

Exercício da advocacia

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 65.º

Exercício da advocacia em território nacional

- 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 209.º, só os Advogados com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados podem, em todo o território nacional, praticar actos próprios da Advocacia, nos termos definidos na lei.
- 2 - Os actos praticados por Advogado através de documento só são considerados como tal se por ele forem assinados ou certificados nos termos que vierem a ser definidos pela Ordem dos Advogados.
- 3 - O mandato judicial, a representação e assistência por Advogado são sempre admissíveis.
4. Os Advogados estagiários só podem praticar actos próprios nos termos previstos no presente Estatuto.

Artigo 66.º

Mandato forense

- 1 - Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto, ou em qualquer outra legislação que a altere, complemente ou substitua, considera-se mandato forense:
 - a) O mandato judicial para ser exercido em qualquer tribunal, incluindo os tribunais ou comissões arbitrais e os julgados de paz;
 - b) O exercício do mandato com representação, com poderes para negociar a constituição, alteração ou extinção de relações jurídicas;
 - c) O exercício de qualquer mandato com representação em procedimentos administrativos, incluindo tributários, perante quaisquer pessoas colectivas públicas ou respectivos órgãos ou serviços, ainda que se suscitem ou discutam apenas questões de facto.

- 2 - O mandato forense não pode ser objecto, por qualquer forma, de medida ou acordo que impeça ou limite a escolha pessoal e livre do mandatário pelo mandante.

3 - Nos casos em que as regras do processo penal determinarem que o arguido seja assistido por defensor, esta função é obrigatoriamente exercida por Advogado, nos termos da lei.

Artigo 67.º

Actos próprios

1. Constituem actos próprios de Advogado, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto, ou em qualquer outra legislação que a altere, complemente ou substitua:

- a) O exercício de consulta jurídica;
- b) A elaboração de contratos e a prática dos actos preparatórios tendentes à constituição, alteração ou extinção de negócios jurídicos, incluindo os praticados junto de conservatórias, cartórios notariais ou quaisquer outras entidades públicas ou privadas;
- c) A interpelação e/ou negociação, com particulares ou com quaisquer pessoas colectivas, públicas ou privadas, tendente à cobrança de créditos, seja qual for a forma de contacto utilizada para a negociação;
- d) Todos os demais actos previstos na lei.

2. Consideram-se actos próprios de Advogados aqueles que, nos termos do número anterior, forem exercidos no interesse de terceiros, no âmbito de actividade profissional.

3. São, também, actos próprios dos Advogados todos aqueles que resultem do exercício do direito dos cidadãos a fazer-se acompanhar por Advogado perante qualquer autoridade.

4. Considera-se consulta jurídica a actividade de aconselhamento jurídico que consiste na interpretação e aplicação de normas jurídicas mediante solicitação de terceiro.

5. A realização de actos próprios de Advogados, que não dependam da atribuição de mandato forense e que assumam a forma escrita, será devidamente certificada através de sistemas de registo em plataformas *on-line*, criadas pelas respectivas ordens profissionais, que atestem, de forma inequívoca, que tais actos foram praticados pelos profissionais com as competências previstas no presente diploma.
6. A realização de actos próprios de Advogados, que não dependam da atribuição de mandato forense e que não assumam a forma escrita, designadamente, a realização de actos por via telefónica ou através de contacto presencial, será devidamente certificada pela indicação obrigatória do número da cédula profissional de quem os pratica.
7. Nos meios alternativos de resolução de litígios, designadamente julgados de paz e centros de mediação e arbitragem, é obrigatória a constituição de Advogado.

Artigo 68.º

Liberdade de exercício

- 1 - Os Advogados e Advogados estagiários com inscrição em vigor não podem ser impedidos, por qualquer autoridade pública ou privada, de praticar actos próprios da Advocacia, nomeadamente para defesa de direitos, patrocínio de relações jurídicas controvertidas, composição de interesses ou em processos de mera averiguação, ainda que administrativa, oficiosa ou de qualquer outra natureza.
- 2 – Os Advogados e Advogados estagiários não podem ser sancionados pela prática de actos conformes ao Estatuto da profissão.

Artigo 69.º

Título profissional de Advogado e Advogado especialista

- 1 - A denominação de Advogado está exclusivamente reservada aos Advogados com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados.

2 - Os Advogados honorários podem usar a denominação de Advogado desde que a façam seguir da indicação dessa qualidade.

3 – Os Advogados só podem identificar-se como especialistas quando a Ordem dos Advogados lhes haja atribuído tal qualidade.

Artigo 70.º

Direitos perante a Ordem dos Advogados

Os Advogados têm direito de requerer a intervenção da Ordem dos Advogados para defesa dos seus direitos ou dos legítimos interesses da classe.

Artigo 71.º

Garantias em geral

1 - Os magistrados, agentes de autoridade e funcionários públicos devem assegurar aos Advogados, aquando do exercício da sua profissão, tratamento compatível com a dignidade da Advocacia e condições adequadas para o cabal desempenho do mandato.

2 – Nos tribunais, instâncias locais e demais secções que os integrem, bem como nos meios de resolução alternativa de litígios será obrigatória a disponibilização de uma sala afecta ao uso exclusivo dos Advogados.

3 - Nas audiências de julgamento, os Advogados dispõem de bancada própria e podem falar sentados.

4 - Os Advogados e os Advogados estagiários estão isentos de custas nos processos em que sejam parte por via do exercício das suas funções.

Artigo 72.º

Exercício da actividade em regime de subordinação

1 - Cabe exclusivamente à Ordem dos Advogados a apreciação da conformidade com os princípios deontológicos das cláusulas de contrato celebrado com Advogado, por via do qual o seu exercício profissional se encontre sujeito a subordinação jurídica.

- 2 - São nulas as cláusulas de contrato celebrado com Advogado que violem aqueles princípios.
- 3 - São igualmente nulas quaisquer orientações ou instruções da entidade empregadora que restrinjam a isenção e independência do Advogado ou que, de algum modo, violem os princípios deontológicos da profissão.
- 4 - O conselho geral da Ordem dos Advogados pode solicitar às entidades públicas empregadoras, que tenham intervindo em tais contratos, entrega de cópia dos mesmos a fim de aferir da legalidade do respectivo clausulado, atentos os critérios enunciados nos números anteriores.
- 5 - Quando a entidade empregadora seja pessoa de direito privado, qualquer dos contraentes pode solicitar ao conselho geral parecer sobre a validade das cláusulas ou de actos praticados na execução do contrato, o qual tem carácter vinculativo.
- 6 - Em caso de litígio, o parecer referido no número anterior é obrigatório.

Artigo 73.º

Trajo profissional

- 1 - O uso da toga é obrigatório para os Advogados e Advogados estagiários, quando pleiteiem oralmente.
- 2 - O modelo do traço profissional é o fixado pelo conselho geral.

Artigo 74.º

Imposição de selos, arrolamento e buscas em escritório de advogado, interceptação e gravação de conversações e comunicações e segredo profissional

- 1 - A imposição de selos, o arrolamento, as buscas e diligências equivalentes no escritório do Advogado ou da sociedade de Advogados ou em qualquer outro local onde se faça arquivo físico ou digital, são proibidas, salvo se existirem indícios suficientes da prática de um crime pelo Advogado.

2 - A interceptação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas ou transmitidas por qualquer outro meio técnico, designadamente correio electrónico ou outras formas de transmissão de dados por via telemática, mesmo que se encontrem gravadas em suporte digital, bem como a interceptação de comunicações entre presentes, são proibidas sempre que nelas intervenha Advogado, salvo se o juiz tiver fundadas razões para crer que elas constituem objecto ou elemento de crime praticado pelo Advogado.

3 - A imposição de selos, o arrolamento, as buscas e diligências equivalentes no escritório do Advogado ou da sociedade de Advogados, assim como a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações referidos nos números anteriores, só podem ser decretados e presididos pelo juiz competente.

4 - As conversações ou comunicações interceptadas e gravadas só podem ser ouvidas directa e exclusivamente pelo juiz.

5 - Com a necessária antecedência, o juiz deve convocar para assistir à imposição de selos, ao arrolamento, às buscas e diligências equivalentes, o Advogado a ela sujeito, bem como o presidente do conselho regional, o presidente da delegação ou delegado da Ordem dos Advogados, conforme os casos, os quais podem delegar em outro membro do conselho regional ou da delegação.

6 - Na falta de comparência do Advogado representante da Ordem dos Advogados ou havendo urgência incompatível com os trâmites do número anterior, o juiz deve nomear qualquer Advogado que possa comparecer imediatamente, de preferência de entre os que hajam feito parte dos órgãos da Ordem dos Advogados ou, quando não seja possível, o que for indicado pelo Advogado a quem o escritório ou arquivo pertencer.

7 - Às diligências referidas no número 5., do presente artigo são admitidos também, quando se apresentem ou o juiz os convoque, os familiares ou empregados do Advogado interessado.

8 - Até à comparência do Advogado que represente a Ordem dos Advogados podem ser tomadas as providências indispensáveis para que se não inutilizem ou desencaminhem

quaisquer papéis ou objectos.

9 - O auto de diligência faz expressa menção das pessoas presentes, bem como de quaisquer ocorrências sobrevindas no seu decurso.

10 - O parecer emitido pela Ordem dos Advogados nos termos do número 4., do artigo 135.º, do Código de Processo Penal é vinculativo.

Artigo 75.º

Apreensão de documentos

1 - Não pode ser apreendida a correspondência, seja qual for o suporte utilizado, que respeite ao exercício da profissão.

2 - A proibição estende-se à correspondência trocada entre o Advogado e aquele que lhe tenha cometido ou pretendido cometer mandato e lhe haja solicitado parecer, embora ainda não dado ou já recusado.

3 - Compreendem-se na correspondência as instruções e informações escritas sobre o assunto da nomeação ou mandato ou do parecer solicitado.

4 - Exceptua-se o caso de a correspondência respeitar a facto criminoso relativamente ao qual o Advogado tenha sido constituído arguido.

Artigo 76.º

Reclamação

1 - No decurso das diligências previstas nos artigos anteriores, pode o Advogado interessado ou, na sua falta, qualquer dos familiares ou empregados presentes, bem como o representante da Ordem dos Advogados, apresentar qualquer reclamação.

2 - Destinando-se a apresentação de reclamação a garantir a preservação do segredo profissional, o juiz deve logo sobrestar na diligência relativamente aos documentos ou objectos que forem postos em causa, fazendo-os acondicionar, sem os ler ou examinar, em volume selado no mesmo momento.

3 - A fundamentação das reclamações é feita no prazo de cinco dias e entregue no tribunal onde corre o processo, devendo o juiz remetê-las, em igual prazo, ao presidente da relação com o seu parecer e, sendo caso disso, com o volume a que se refere o número anterior.

4 - O presidente da relação pode, com reserva de segredo, proceder à desselagem do mesmo volume, devolvendo-o novamente selado com a sua decisão.

Artigo 77.º

Direito de comunicação com arguidos presos

Os Advogados têm direito, nos termos da lei, de comunicar, pessoal e reservadamente, com os seus patrocinados, mesmo quando estes se encontrem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar.

Artigo 78.º

Informação, exame de processos e pedido de certidões

1 - No exercício da sua profissão, o Advogado tem o direito de solicitar em qualquer tribunal ou repartição pública o exame de processos, livros ou documentos que não tenham carácter reservado ou secreto, bem como requerer, oralmente ou por escrito, que lhe sejam fornecidas fotocópias ou passadas certidões, sem necessidade de exhibir procuração.

2 - Os Advogados, quando no exercício da sua profissão, têm preferência para ser atendidos por quaisquer funcionários a quem devam dirigir-se e têm o direito de ingresso nas secretarias, designadamente nas judiciais.

Artigo 79.º

Direito de protesto



1 - No decorrer de audiência ou de qualquer outro ato ou diligência em que intervenha, o Advogado deve ser admitido a requerer oralmente ou por escrito, no momento que

considerar oportuno, o que julgar conveniente ao dever do patrocínio, sem necessidade de prévia indicação ou explicitação do respectivo conteúdo.

2 - Quando, por qualquer razão, não lhe seja concedida a palavra ou o requerimento não for exarado em acta, pode o Advogado exercer o direito de protesto, indicando a matéria do requerimento e o objecto que tinha em vista.

3 - O protesto não pode deixar de constar da acta e é havido para todos os efeitos como arguição de nulidade, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

Incompatibilidades e impedimentos

Artigo 80.º

Princípios gerais

1 - O Advogado defende os direitos e interesses que lhe sejam confiados sempre com plena autonomia técnica e de forma isenta, independente e responsável.

2 - O exercício da Advocacia é inconciliável com qualquer cargo, função ou actividade que possam afectar a isenção, a independência e a dignidade da profissão, ou proporcionem condições privilegiadas de angariação de clientela.

3 - Qualquer forma de provimento ou contrato, seja de natureza pública ou privada, designadamente o contrato de trabalho, ao abrigo do qual o Advogado venha a exercer a sua actividade, deve respeitar os princípios definidos no número 1., e todas as demais regras deontológicas que constam deste Estatuto.

4 - São nulas as estipulações contratuais bem como quaisquer orientações ou instruções da entidade contratante que restrinjam a isenção e a independência do Advogado ou que, de algum modo, violem os princípios deontológicos da profissão.

5 – Ao conselho regional competente incumbe deliberar preparatoriamente sobre incompatibilidades ou impedimentos, bem como apreciar a validade das estipulações, orientações ou instruções a que se refere o número anterior.

6. Compete ao conselho geral a confirmação da deliberação preparatória do conselho regional.

7. O exercício das funções executivas, disciplinares e de fiscalização em órgãos da Ordem é incompatível entre si.

Artigo 81.º

Incompatibilidades

1 - São, designadamente, incompatíveis com o exercício da Advocacia os seguintes cargos, funções e actividades:

a) Titular ou membro de órgão de soberania, representantes da República para as Regiões Autónomas, membros do Governo Regional das Regiões Autónomas, presidentes e vereadores de câmara municipal, com poderes executivos, e, bem assim, respectivos adjuntos, assessores, secretários, funcionários, agentes ou outros contratados dos respectivos gabinetes ou serviços, sem prejuízo do disposto na alínea a) do número seguinte;

b) Membro do Tribunal Constitucional e respectivos funcionários, agentes ou contratados;

c) Membro do Tribunal de Contas e respectivos funcionários, agentes ou contratados;

d) Provedor de Justiça e funcionários, agentes ou contratados do respectivo serviço;

e) Magistrado, ainda que não integrado em órgão ou função jurisdicional;

f) Assessor, administrador, funcionário, agente ou contratado de qualquer tribunal;



g) Notário ou conservador de registos e funcionários, agentes ou contratados do respectivo serviço;

h) Gestor público;

i) Funcionário, agente ou contratado de quaisquer serviços ou entidades que possuam natureza pública ou prossigam finalidades de interesse público, de natureza central, regional ou local;

j) Membro de órgão de administração, executivo ou director com poderes de representação orgânica das entidades indicadas na alínea anterior;

k) Membro das Forças Armadas ou militarizadas;

l) Revisor oficial de contas ou técnico oficial de contas e funcionários, agentes ou contratados do respectivo serviço;

m) Administrador judicial ou liquidatário judicial ou pessoa que exerça idênticas funções;

n) Mediador de seguros, mobiliário ou imobiliário, leiloeiro e funcionários, agentes ou contratados do respectivo serviço;

o) Consultor financeiro;

p) Quaisquer outros cargos, funções ou actividades que por lei ou por deliberação do conselho geral assim sejam considerados.

2 - As incompatibilidades verificam-se qualquer que seja o título, designação, natureza e espécie de provimento ou contratação, o modo de remuneração e, em termos gerais, qualquer que seja o regime jurídico do respectivo cargo, função ou actividade, com excepção das seguintes situações:

a) Dos que estejam aposentados, reformados, ou na reserva;

b) Dos docentes.

3 - É permitido o exercício da advocacia às pessoas indicadas nas alíneas i) e j) do número 1., quando esta seja prestada em regime de subordinação e em exclusividade, ao serviço de quaisquer das entidades previstas nas referidas alíneas, sem prejuízo do disposto no artigo 85.º.

4 - É ainda permitido o exercício da Advocacia às pessoas indicadas nas alíneas i) e j) do número 1., quando providas em cargos de entidades ou estruturas com carácter temporário, sem prejuízo do disposto no Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Artigo 82.º

Impedimentos

1 - Os impedimentos diminuem a amplitude do exercício da Advocacia e constituem incompatibilidades relativas do mandato forense e da consulta jurídica, tendo em vista determinada relação com o cliente, com os assuntos em causa ou por inconciliável disponibilidade para a profissão.

2 - O Advogado está impedido de praticar actos profissionais e de mover qualquer influência junto de entidades, públicas ou privadas, onde desempenhe ou tenha desempenhado funções cujo exercício possa suscitar, em concreto, uma incompatibilidade, se aqueles actos ou influências entrarem em conflito com as regras deontológicas contidas neste Estatuto, nomeadamente, os princípios gerais enunciados nos números 1., e 2., do artigo 80.º.

3 - Os Advogados que sejam membros das assembleias representativas das autarquias locais, bem como os respectivos adjuntos, assessores, secretários, funcionários, agentes ou outros contratados dos respectivos gabinetes ou serviços, estão impedidos, em qualquer foro, de patrocinar, directamente ou por intermédio de sociedade de que sejam sócios, acções em favor ou contra as respectivas autarquias locais, bem como de intervir em qualquer actividade da assembleia a que pertençam sobre assuntos em que tenham interesse profissional directamente ou por intermédio de sociedade de Advogados a que pertençam.

Artigo 83.º

Verificação

1 - O conselho geral ou os conselhos regionais podem solicitar às entidades com quem os Advogados possam ter estabelecido relações profissionais, bem como a estes, as informações que entendam necessárias para a verificação da existência de incompatibilidade.

2 - Não sendo tais informações prestadas, pelo Advogado, no prazo de 30 dias contados da recepção do pedido, pode o conselho geral deliberar a suspensão da inscrição.

Artigo 84.º

Solicitadores e agentes de execução

1 - É proibida a inscrição cumulativa na Ordem dos Advogados e na Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, sem prejuízo dos números seguintes.

2 - É, porém, permitida a inscrição cumulativa durante a primeira fase do estágio a que se alude no número 3., do artigo 198.º.

3 - Os Advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados podem inscrever-se no colégio dos agentes de execução nos termos da legislação aplicável.

Artigo 85.º

Aplicação no tempo das incompatibilidades e impedimentos

As incompatibilidades e impedimentos criados pelo presente Estatuto não prejudicam os direitos legalmente adquiridos ao abrigo de legislação anterior.

Artigo 86.º

Exercício ilegítimo da Advocacia

1 - Os magistrados, conservadores, notários e responsáveis pelas repartições públicas têm obrigação de comunicar à Ordem dos Advogados qualquer facto que indicié o exercício ilegal ou irregular da Advocacia, designadamente, do patrocínio judiciário.

2 - Para a finalidade prevista no número anterior, os funcionários dos serviços indicados no número anterior dão conhecimento aos respectivos magistrados, conservadores, notários e responsáveis dos serviços dos factos correspondentes de que tenham conhecimento.

TÍTULO III
Deontologia profissional
CAPÍTULO I
Princípios gerais

Artigo 87.º

Integridade

1 - O Advogado é indispensável à administração da justiça e, como tal, deve ter um comportamento público e profissional adequado à dignidade e responsabilidades da função que exerce, cumprindo pontual e escrupulosamente os deveres consignados no presente Estatuto todos aqueles que a lei, os usos, costumes e tradições profissionais lhe impõem.

2 - A honestidade, probidade, rectidão, lealdade, cortesia e sinceridade são obrigações profissionais.

Artigo 88.º

Independência

O Advogado, no exercício da profissão, mantém sempre em quaisquer circunstâncias a sua independência, devendo agir livre de qualquer pressão, especialmente a que resulte dos seus próprios interesses ou de influências exteriores, abstendo-se de negligenciar a

deontologia profissional no intuito de agradar ao seu cliente, aos colegas, ao tribunal ou a terceiros.

Artigo 89.º

Deveres para com a comunidade

1 - O Advogado está obrigado a defender os direitos, liberdades e garantias, a pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e instituições jurídicas.

2 - Em especial, constituem deveres do Advogado para com a comunidade:

a) Não advogar contra o direito, não usar de meios ou expedientes ilegais, nem promover diligências reconhecidamente dilatórias, inúteis ou prejudiciais para a correcta aplicação de lei ou a descoberta da verdade;

b) Recusar os patrocínios que considere injustos;

c) Verificar a identidade do cliente e dos representantes do cliente, assim como os poderes de representação conferidos a estes últimos;

d) Recusar a prestação de serviços quando suspeitar seriamente que a operação ou actuação jurídica em causa visa a obtenção de resultados ilícitos e que o interessado não pretende abster-se de tal operação;

e) Recusar-se a receber e movimentar fundos que não correspondam estritamente a uma questão que lhe tenha sido confiada;

f) Colaborar no acesso ao direito;

g) Não se servir do mandato para prosseguir objectivos que não sejam profissionais;

h) Não solicitar clientes, por si ou por interposta pessoa.



Artigo 90.º

Deveres para com a Ordem dos Advogados

Constituem deveres do Advogado para com a Ordem dos Advogados:

- a) Não prejudicar os fins e prestígio da Ordem dos Advogados e da Advocacia;
- b) Colaborar na prossecução das atribuições da Ordem dos Advogados, exercer os cargos para que tenha sido eleito ou nomeado e desempenhar os mandatos que lhe forem confiados;
- c) Declarar, ao requerer a inscrição, para efeito de verificação de incompatibilidade, qualquer cargo ou actividade profissional que exerça;

- d) Suspender imediatamente o exercício da profissão e requerer, no prazo máximo de 30 dias, a suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados quando ocorrer incompatibilidade superveniente;
- e) Pagar pontualmente as quotas e outros encargos, designadamente as obrigações impostas como penas pecuniárias, devidos à Ordem dos Advogados, estabelecidos neste Estatuto e nos regulamentos;
- f) Dirigir com empenhamento o estágio dos Advogados estagiários;
- g) Comunicar, no prazo de 30 dias, qualquer mudança de escritório;
- h) Manter um domicílio profissional dotado de uma estrutura que assegure o cumprimento dos seus deveres deontológicos, em termos a definir por deliberação do conselho geral;



i) Promover a sua própria formação, com recurso a acções de formação permanente, cumprindo com as determinações e procedimentos resultantes de deliberações do conselho geral.

Artigo 91.º

Segredo profissional

1 - O Advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços, designadamente:

a) A factos referentes a assuntos profissionais conhecidos, exclusivamente, por revelação do cliente ou revelados por ordem deste;

b) A factos de que tenha tido conhecimento em virtude de cargo desempenhado na Ordem dos Advogados;

c) A factos referentes a assuntos profissionais comunicados por colega com o qual esteja associado ou ao qual preste colaboração;

d) A factos comunicados por co-autor, co-réu ou co-interessado do seu constituinte ou pelo respectivo representante;

e) A factos de que a parte contrária do cliente ou respectivos representantes lhe tenham dado conhecimento durante negociações para acordo que vise pôr termo ao diferendo ou litígio;

f) A factos de que tenha tido conhecimento no âmbito de quaisquer negociações malogradas, orais ou escritas, em que tenha intervindo.



2 - A obrigação do segredo profissional existe quer o serviço solicitado ou cometido ao Advogado envolva ou não representação judicial ou extrajudicial, quer deva ou não ser remunerado, quer o Advogado haja ou não chegado a aceitar e a desempenhar a representação ou serviço, o mesmo acontecendo para todos os Advogados que, directa ou indirectamente, tenham qualquer intervenção no serviço.

3 - O segredo profissional abrange ainda documentos ou outras coisas que se relacionem, directa ou indirectamente, com os factos sujeitos a sigilo.

4 - O Advogado pode revelar factos abrangidos pelo segredo profissional, desde que tal seja absolutamente necessário para a defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio Advogado ou do cliente ou seus representantes, mediante prévia autorização do presidente do conselho regional respectivo, com recurso para o Bastonário, nos termos previstos no respectivo regulamento.

5 - Os actos praticados pelo Advogado com violação de segredo profissional não podem fazer prova em juízo.

6 - Ainda que dispensado nos termos do disposto no número 4., o Advogado pode manter o segredo profissional.

7 - O dever de guardar sigilo quanto aos factos descritos no número 1., é extensivo a todas as pessoas que colaborem com o Advogado no exercício da sua actividade profissional, com a cominação prevista no número 5.

8 - O Advogado deve exigir das pessoas referidas no número anterior o cumprimento do dever aí previsto em momento anterior ao início da colaboração.

Artigo 92.º

Discussão pública de questões profissionais



- 1 - O Advogado não deve pronunciar-se publicamente, na imprensa ou noutros meios de comunicação social, sobre questões profissionais pendentes.
- 2 - O Advogado pode pronunciar-se, excepcionalmente, desde que previamente autorizado pelo presidente do conselho regional competente, sempre que o exercício desse direito de resposta se justifique, de forma a prevenir ou remediar a ofensa à dignidade, direitos e interesses legítimos do cliente ou do próprio.
- 3 - O pedido de autorização é devidamente justificado e indica o âmbito possível das questões sobre que entende dever pronunciar-se.
- 4 - O pedido de autorização é apreciado no prazo de três dias úteis, considerando-se tacitamente deferido na falta de resposta, comunicada, naquele prazo, ao requerente.
- 5 - Da decisão do presidente do conselho regional que indefira o pedido cabe recurso para o Bastonário, que decide, no mesmo prazo.
- 6 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em caso de manifesta urgência, o Advogado pode exercer o direito de resposta referido no número 2., de forma tão restrita e contida quanto possível, devendo informar, no prazo de cinco dias úteis, o presidente do conselho regional competente das circunstâncias que determinaram tal conduta e do conteúdo das declarações proferidas.

Artigo 93.º

Informação e publicidade

- 1 – Os Advogados e as sociedades de Advogados podem divulgar a sua actividade profissional de forma objectiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência.
- 2 - Entende-se, nomeadamente, por informação objectiva:



- a) A identificação pessoal, académica e curricular do Advogado ou da sociedade de Advogados;
 - b) O número de cédula profissional ou do registo da sociedade;
 - c) A morada do escritório principal e as moradas de escritórios noutras localidades;
 - d) A denominação, o logótipo ou outro sinal distintivo do escritório;
 - e) A indicação das áreas ou matérias jurídicas de exercício preferencial;
 - f) A referência à especialização, nos termos admitidos no número 3., do artigo 70.º;
 - g) Os cargos exercidos na Ordem dos Advogados;
 - h) Os colaboradores profissionais integrados efectivamente no escritório do Advogado;
 - i) O telefone, o fax, o correio electrónico e outros elementos de comunicações de que disponha;
 - j) O horário de atendimento ao público;
 - k) As línguas ou idiomas, falados ou escritos;
 - l) A indicação do respectivo sítio da Internet;
- m) A colocação, no exterior do escritório, de uma placa ou tabuleta identificativa da sua existência.

3 - São, nomeadamente, actos lícitos de publicidade:

- a) A menção à área preferencial de actividade;
- b) A utilização de cartões onde se possa colocar informação objectiva;
- c) A colocação em listas telefónicas, de fax ou análogas da condição de Advogado;

- d) A publicação de informações sobre alterações de morada, de telefone, de fax e de outros dados relativos ao escritório;
- e) A menção da condição de Advogado, acompanhada de breve nota curricular, em anuários profissionais, nacionais ou estrangeiros;
- f) A promoção ou a intervenção em conferências ou colóquios;
- g) A publicação de brochuras ou de escritos, circulares e artigos periódicos sobre temas jurídicos em imprensa especializada ou não, podendo assinar com a indicação da sua condição de Advogado e da organização profissional que integre;
- h) A menção a assuntos profissionais que integrem o currículo profissional do Advogado e em que este tenha intervindo, não podendo ser feita referência ao nome do cliente, salvo, excepcionalmente, quando autorizado por este, se tal divulgação for considerada essencial para o exercício da profissão em determinada situação, mediante prévia deliberação do conselho geral;
- i) A referência, directa ou indirecta, a qualquer cargo público ou privado ou relação de emprego que tenha exercido;
- j) A menção à composição e estrutura do escritório;
- k) A inclusão de fotografia, ilustrações e logótipos adoptados.

4 – São, designadamente, actos ilícitos de publicidade:

- a) A colocação de conteúdos persuasivos, ideológicos, de auto engrandecimento e de comparação;
- b) A menção à qualidade do escritório;
- c) A prestação de informações erróneas ou enganosas;
- d) A promessa ou indução da produção de resultados;



e) O uso de publicidade directa não solicitada;

f) A referência a valores de serviços, gratuitidade ou forma de pagamento.

5 - As disposições constantes dos números anteriores são aplicáveis ao exercício da Advocacia quer a título individual quer às sociedades de Advogados.

Artigo 94.º

Dever geral de urbanidade

No exercício da profissão o Advogado deve proceder com urbanidade, nomeadamente para com os colegas, magistrados, árbitros, peritos, testemunhas e demais intervenientes nos processos, e ainda funcionários judiciais, notariais, das conservatórias, e de outras repartições ou entidades públicas ou privadas.

Artigo 95.º

Patrocínio contra Advogados e magistrados

O Advogado, antes de intervir em procedimento disciplinar, judicial ou de qualquer outra natureza contra um colega ou um magistrado, deve comunicar-lhes por escrito a sua intenção, com as explicações que entenda necessárias, salvo tratando-se de procedimentos que tenham natureza secreta ou urgente.

CAPÍTULO II

Relações com os clientes

Artigo 96.º

Princípios gerais

1 - A relação entre o Advogado e o cliente deve fundar-se na confiança recíproca.

2 - O Advogado tem o dever de agir de forma a defender os interesses legítimos do cliente, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e deontológicas.

Artigo 97.º

Aceitação do patrocínio e dever de competência

1 - O Advogado não pode aceitar o patrocínio ou a prestação de quaisquer serviços profissionais se para tal não tiver sido livremente mandatado pelo cliente, ou por outro Advogado, em representação do cliente, ou se não tiver sido nomeado para o efeito, por entidade legalmente competente.

2 - O Advogado não deve aceitar o patrocínio de uma questão se souber, ou dever saber, que não tem competência ou disponibilidade para dela se ocupar prontamente, a menos que actue conjuntamente com outro Advogado com competência e disponibilidade para o efeito.

Artigo 98.º

Conflito de interesses

1 - O Advogado deve recusar o patrocínio de uma questão em que já tenha intervindo em qualquer outra qualidade ou seja conexa com outra em que represente, ou tenha representado a parte contrária.

2 - O Advogado deve recusar o patrocínio contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.

3 - O Advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.



4 - Se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o Advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

5 - O Advogado deve abster-se de aceitar um novo cliente se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

6 - Sempre que o Advogado exerça a sua actividade em associação, sob a forma de sociedade ou não, o disposto nos números anteriores aplica-se quer à associação quer a cada um dos seus membros.

Artigo 99.º

Outros deveres

1 - Nas relações com o cliente, são ainda deveres do Advogado:

a) Dar a sua opinião conscienciosa sobre o merecimento do direito ou pretensão que o cliente invoca, assim como prestar, sempre que lhe for solicitado, informação sobre o andamento das questões que lhe forem confiadas, sobre os critérios que utiliza na fixação dos seus honorários, indicando, sempre que possível, o seu montante total aproximado, e ainda sobre a possibilidade e a forma de obter apoio judiciário;

b) Estudar com cuidado e tratar com zelo a questão de que seja incumbido, utilizando para o efeito todos os recursos da sua experiência, saber e actividade;

c) Aconselhar toda a composição que ache justa e equitativa;

d) Não celebrar, em proveito próprio, contratos sobre o objecto das questões confiadas;

e) Não cessar, sem motivo justificado, o patrocínio das questões que lhe estão cometidas.

2 - Ainda que exista motivo justificado para a cessação do patrocínio, o Advogado não deve fazê-lo por forma a impossibilitar o cliente de obter, em tempo útil, a assistência de outro Advogado.

Artigo 100.º

Valores e documentos do cliente

1 - O Advogado deve dar a aplicação devida a valores, objectos e documentos que lhe tenham sido confiados, bem como prestar conta ao cliente de todos os valores deste que tenha recebido, qualquer que seja a sua proveniência, e apresentar nota de honorários e despesas, logo que tal lhe seja solicitado.

2 - Quando cesse a representação, o Advogado deve restituir ao cliente os valores, objectos ou documentos deste que se encontrem em seu poder.

3 - O Advogado, apresentada a nota de honorários e despesas, goza do direito de retenção sobre os valores, objectos ou documentos referidos no número anterior, para garantia do pagamento dos honorários e reembolso das despesas que lhe sejam devidos pelo cliente, a menos que os valores, objectos ou documentos em causa sejam necessários para prova do direito do cliente ou que a sua retenção cause a este prejuízos irreparáveis.

4 - Deve, porém, o Advogado restituir tais valores e objectos, independentemente do pagamento a que tenha direito, se o cliente tiver prestado caução arbitrada pelo conselho regional.



5 - Pode o conselho regional, antes do pagamento e a requerimento do Advogado ou do cliente, mandar entregar a este quaisquer objectos e valores quando os que fiquem em poder do Advogado sejam manifestamente suficientes para pagamento do crédito.

Artigo 101.º

Provisões

1 - O Advogado pode solicitar ao cliente a entrega de provisões por conta dos honorários ou para pagamento de despesas, não devendo tais provisões exceder uma estimativa razoável dos honorários e despesas prováveis.

2 - Não sendo entregue a provisão solicitada, o Advogado pode renunciar a ocupar-se do assunto ou recusar aceitá-lo.

3 - O Advogado apenas pode ser responsabilizado pelo pagamento de despesas ou quaisquer outros encargos que tenham sido provisionados para tal efeito pelo cliente e não é obrigado a dispor das provisões que tenha recebido para honorários, desde que a afectação destas aos honorários seja do conhecimento do cliente.

Artigo 102.º

Responsabilidade civil profissional

1 - O Advogado com inscrição em vigor deve celebrar e manter um seguro de responsabilidade civil profissional tendo em conta a natureza e âmbito dos riscos inerentes à sua actividade, por um capital de montante não inferior ao que seja fixado

pelo conselho geral e que tem como limite mínimo € 250000, sem prejuízo do regime especialmente aplicável às sociedades de Advogados.



2 - Quando a responsabilidade civil profissional do Advogado se fundar na mera culpa, o montante da indemnização tem como limite máximo o correspondente ao fixado para o seguro referido no número anterior, devendo o Advogado inscrever no seu papel timbrado a expressão “responsabilidade limitada”.

3 - O disposto no número anterior não se aplica sempre que o Advogado não cumpra o estabelecido no número 1., ou declare não pretender qualquer limite para a sua responsabilidade civil profissional, caso em que beneficia sempre do seguro de responsabilidade profissional mínima de grupo de € 50000, de que são titulares todos os Advogados portugueses não suspensos.

Artigo 103.º

Honorários

1 - Os honorários do Advogado devem corresponder a uma compensação económica adequada pelos serviços efectivamente prestados, que deve ser saldada em dinheiro e que pode assumir a forma de retribuição fixa.

2 - Na falta de convenção prévia reduzida a escrito, o Advogado apresenta ao cliente a respectiva conta de honorários com discriminação dos serviços prestados.

3 - Na fixação dos honorários deve o Advogado atender à importância dos serviços prestados, à dificuldade e urgência do assunto, ao grau de criatividade intelectual da sua prestação, ao resultado obtido, ao tempo despendido, às responsabilidades por ele assumidas e aos demais usos profissionais.

Artigo 104.º

Proibição da *quota litis*

- 1 - É proibido ao Advogado celebrar pactos de *quota litis*.
- 2 - Por pacto de *quota litis* entende-se o acordo celebrado entre o Advogado e o seu cliente, antes da conclusão definitiva da questão em que este é parte, pelo qual o direito a honorários fique exclusivamente dependente do resultado obtido na questão e em virtude do qual o constituinte se obrigue a pagar ao Advogado parte do resultado que vier a obter, quer este consista numa quantia em dinheiro, quer em qualquer outro bem ou valor.
- 3 - Não constitui pacto de *quota litis* o acordo que consista na fixação prévia do montante dos honorários, ainda que em percentagem, em função do valor do assunto confiado ao Advogado ou pelo qual, além de honorários calculados em função de outros critérios, se acorde numa majoração em função do resultado obtido.

Artigo 105.º

Repartição de honorários

É proibido ao Advogado repartir honorários, ainda que a título de comissão ou outra forma de compensação, excepto com Advogados, Advogados estagiários e solicitadores com quem colabore ou que lhe tenham prestado colaboração.

CAPÍTULO III

Relações com os tribunais

Artigo 106.º

Dever de lealdade

1 - O Advogado deve, em qualquer circunstância, actuar com diligência e lealdade na condução do processo.

2 - É vedado ao Advogado, especialmente, enviar ou fazer enviar aos juízes ou árbitros quaisquer memoriais ou, por qualquer forma, recorrer a meios desleais de defesa dos interesses das partes.

Artigo 107.º

Relação com as testemunhas

É vedado ao Advogado estabelecer contactos com testemunhas ou demais intervenientes processuais com a finalidade de instruir, influenciar ou, por qualquer outro meio, alterar o depoimento das mesmas, prejudicando, desta forma, a descoberta da verdade.

influenciar ou, por qualquer outro meio, alterar o depoimento das mesmas, prejudicando, desta forma, a descoberta da verdade.

Artigo 108.º

Dever de correcção

1 - O Advogado deve exercer o patrocínio dentro dos limites da lei e da urbanidade, sem prejuízo do dever de defender adequadamente os interesses do seu cliente.

2 - O Advogado deve obstar a que os seus clientes exerçam quaisquer represálias contra o adversário e sejam menos correctos para com os Advogados da parte contrária, magistrados, árbitros ou quaisquer outros intervenientes no processo.

CAPÍTULO IV

Relações entre Advogados

Artigo 109.º

Dever de solidariedade

A solidariedade profissional impõe uma relação de confiança e cooperação entre os Advogados, em benefício dos clientes e de forma a evitar litígios inúteis, conciliando, tanto quanto possível, os interesses da profissão com os da justiça ou daqueles que a procuram.

Artigo 110.º

Deveres recíprocos dos Advogados

1 - Constituem deveres dos Advogados nas suas relações recíprocas:

- a) Proceder com a maior correcção e urbanidade, abstendo-se de qualquer ataque pessoal, alusão deprimente ou crítica desprimorosa, de fundo ou de forma;
- b) Responder, em prazo razoável, às solicitações orais ou escritas;
- c) Não emitir publicamente opinião sobre questão que saiba confiada a outro Advogado, salvo na presença deste ou com o seu prévio acordo;
- d) Actuar com a maior lealdade, procurando não obter vantagens ilegítimas ou indevidas para o seu cliente;
- e) Não contactar a parte contrária que esteja representada por Advogado, salvo se previamente autorizado por este, ou se tal for indispensável, por imposição legal ou contratual;

f) Não assinar pareceres, peças processuais ou outros escritos profissionais que não sejam da sua autoria ou em que não tenha colaborado;

g) Comunicar, atempadamente, a impossibilidade de comparecer a qualquer diligência aos outros Advogados que nela devam intervir.

2 - O Advogado a quem se pretende cometer assunto anteriormente confiado a outro Advogado não deve iniciar a sua actuação sem antes diligenciar no sentido de a este serem pagos os honorários e demais quantias que a este sejam devidas, devendo expor ao colega, oralmente ou por escrito, as razões da aceitação do mandato e dar-lhe conta dos esforços que tenha desenvolvido para aquele efeito.

Artigo 111.º

Correspondência entre Advogados

1 - Sempre que um Advogado pretenda que a sua comunicação, dirigida a outro Advogado, tenha carácter confidencial, deve exprimir claramente tal intenção.

2 - As comunicações confidenciais não podem, em qualquer caso, constituir meio de prova, não lhes sendo aplicável o disposto no número 4., do artigo 91.º.

3 - O Advogado destinatário da comunicação confidencial que não tenha condições para garantir a confidencialidade da mesma deve devolvê-la ao remetente sem revelar a terceiros o respectivo conteúdo.

TÍTULO V

Acção disciplinar

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 112.º

Poder disciplinar

1 - O pedido de cancelamento ou suspensão da inscrição não faz cessar a responsabilidade disciplinar por infracções anteriormente praticadas.

2 - Durante o tempo de suspensão da inscrição o Advogado continua sujeito ao poder disciplinar da Ordem dos Advogados, mas não assim após o cancelamento.

3 - A punição com a pena de expulsão não faz cessar a responsabilidade disciplinar do Advogado relativamente às infracções por ele cometidas antes da decisão definitiva que tenha aplicado aquela pena.

4 - Os profissionais que prestem serviços em território nacional em regime de livre prestação de serviços e as sociedades de Advogados são equiparados aos Advogados para efeitos disciplinares, com as especificidades constantes do artigo 128.º, do presente Estatuto.

Artigo 113.º

Infracções disciplinares

1 - Comete infracção disciplinar o Advogado ou Advogado estagiário que, por acção ou omissão, violar dolosa ou culposamente algum dos deveres consagrados no presente Estatuto, nos respectivos regulamentos e nas demais disposições legais aplicáveis.

2 – A infracção disciplinar é:

- a) Leve, quando o arguido viole de forma negligente os deveres profissionais a que se encontra adstrito no exercício da Advocacia;
- b) Grave, quando o arguido viole, com dolo ou culpa grave, os deveres profissionais a que se encontra adstrito no exercício da Advocacia;
- c) Muito grave, quando o arguido viole os deveres profissionais a que está adstrito no exercício da Advocacia, afectando com a sua conduta, de tal forma, a dignidade e o prestígio profissional, que fique definitivamente inviabilizado o exercício da Advocacia.

3 – As infracções disciplinares previstas no presente Estatuto e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis são puníveis a título de dolo ou negligência.

Artigo 114.º

Independência da responsabilidade disciplinar

1 - A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil e criminal decorrente da prática do mesmo facto.

2 - O processo disciplinar é promovido independentemente de qualquer outro e nele se resolvem todas as questões que interessarem à decisão da causa.

3 - Quando, com fundamento nos mesmos factos, tiver sido instaurado processo criminal contra Advogado, pode ser ordenada a suspensão do processo disciplinar, devendo a mesma ser comunicada pela Ordem dos Advogados à autoridade judiciária competente, a qual deve ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópia do despacho de acusação e, se a ele houver lugar, do despacho de pronúncia.

4 - Decorrido o prazo fixado no número 2., do artigo 116.º, sem a prolação dos despachos de acusação ou de pronúncia, os factos são apurados no processo disciplinar.

5 - Sempre que, em processo criminal contra Advogado, for designado dia para a audiência de julgamento, o tribunal deve ordenar a remessa à Ordem dos Advogados, preferencialmente por via electrónica, do despacho de acusação, do despacho de pronúncia e da contestação, se tiver sido apresentada, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo membro do conselho competente.

6 - A responsabilidade disciplinar dos Advogados perante a Ordem dos Advogados é independente da responsabilidade perante os respectivos empregadores, por infracção dos deveres emergentes de relações de trabalho.

Artigo 115.º

Prescrição do procedimento disciplinar

1 - O procedimento disciplinar extingue-se, por efeito de prescrição, logo que sobre a prática da infracção tiver decorrido o prazo de três anos, salvo o disposto no número seguinte.

2 - Se a infracção disciplinar constituir simultaneamente infracção criminal para a qual a lei estabeleça prescrição sujeita a prazo mais longo, o procedimento disciplinar apenas prescreve após o decurso deste último prazo.

3 - O prazo de prescrição do procedimento disciplinar corre desde o dia em que o facto se tiver consumado.

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, o prazo de prescrição só corre:

a) Nas infracções instantâneas, desde o momento da sua prática;

b) Nas infracções continuadas, desde o dia da prática do último acto;

c) Nas infracções permanentes, desde o dia em que cessar a consumação.

5 - A prescrição do procedimento disciplinar tem sempre lugar quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver decorrido o prazo normal de prescrição acrescido de metade.

6 - A prescrição é de conhecimento officioso, podendo o Advogado arguido, no entanto, requerer a continuação do processo.

Artigo 116.º

Suspensão do prazo de prescrição do procedimento disciplinar

1 - O prazo de prescrição do procedimento disciplinar suspende-se durante o tempo em que:

a) O processo disciplinar estiver suspenso, a aguardar despacho de acusação ou de pronúncia em processo criminal;

b) O processo disciplinar estiver pendente, a partir da notificação da acusação nele proferida;

2 - A suspensão do prazo de prescrição do procedimento disciplinar não pode ultrapassar o prazo máximo de dezoito meses.

3 - O prazo prescricional volta a correr a partir do dia em que cessar a causa da suspensão.

Artigo 117.º

Interrupção do prazo de prescrição do procedimento disciplinar

1 - O prazo de prescrição do procedimento disciplinar interrompe-se com a notificação ao Advogado arguido:

a) Da instauração do processo disciplinar;

b) Da acusação.

2 - Após cada período de interrupção começa a correr novo prazo de prescrição.

Artigo 118.º

Desistência da participação

A desistência da participação extingue a responsabilidade disciplinar, salvo se a falta imputada afectar a dignidade do Advogado visado, o prestígio da Ordem dos Advogados ou da profissão.

Artigo 119.º

Participação pelos tribunais e outras entidades

1 - Os tribunais e quaisquer autoridades devem dar conhecimento à Ordem dos Advogados de todos os factos susceptíveis de constituir infracção disciplinar praticados por Advogados.



2 - O Ministério Público e os órgãos e autoridades de polícia criminal devem remeter à Ordem dos Advogados certidão de todas as denúncias, participações ou queixas apresentadas contra Advogados.

Artigo 120.º

Legitimidade procedimental e extinção do direito de queixa

1 - Têm legitimidade para participar à Ordem dos Advogados factos susceptíveis de constituir infracção disciplinar as pessoas com interesse directo, pessoal e legítimo relativamente aos factos participados, requerendo e alegando o que tiverem por conveniente.

2 - O direito de queixa extingue-se no prazo de seis meses a contar da data em que o titular tiver tido conhecimento dos factos.

3 - Sendo vários os titulares do direito de queixa, o prazo conta-se autonomamente para cada um deles.

Artigo 121.º

Instauração do procedimento disciplinar

1 - O procedimento disciplinar é instaurado por decisão dos presidentes dos conselhos com competência disciplinar ou por deliberação dos respectivos órgãos, com base em participação dirigida aos órgãos da Ordem dos Advogados por qualquer pessoa devidamente identificada.

2 - O Bastonário e os conselhos geral, superior, regional e de deontologia da Ordem dos Advogados podem, independentemente de participação, ordenar a instauração de

procedimento disciplinar, por factos que tenham vindo ao seu conhecimento por qualquer meio considerado idóneo.

3 - Quando se conclua que a participação é infundada, é dela dado conhecimento ao Advogado visado e são-lhe sempre passadas as certidões que o mesmo entenda necessárias para a tutela dos seus direitos e interesses legítimos.

Artigo 122.º

Comunicação sobre o movimento dos processos

Durante o primeiro mês de cada trimestre, e com referência ao trimestre anterior, devem os conselhos superior e de deontologia da Ordem dos Advogados enviar ao Bastonário nota dos processos disciplinares distribuídos, pendentes e julgados no trimestre anterior.

Artigo 123.º

Natureza secreta do processo disciplinar

1 - O processo é de natureza secreta até ao despacho de acusação.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o arguido goza, em qualquer fase do processo, do direito a estar presente nos actos processuais que, directamente, lhe disserem respeito, devendo ser notificado de todas as diligências a fim de poder, querendo, comparecer.

3 - O arguido tem o direito a ser assistido por mandatário.

4 - O relator pode, contudo, autorizar a consulta do processo pelo interessado ou pelo arguido, quando não haja inconveniente para a instrução.

5 - O relator pode ainda, no interesse da instrução, dar a conhecer ao interessado ou ao arguido cópia de peças do processo, a fim de sobre elas se pronunciarem.



6 - Mediante requerimento em que se indique o fim a que se destinam, pode o conselho competente, ou algum dos seus membros, autorizar a passagem de certidões em qualquer fase do processo, para defesa de interesses legítimos dos requerentes, podendo condicionar a sua utilização, sob pena de o infractor incorrer no crime de desobediência, e sem prejuízo do dever de guardar segredo profissional.

7 - O arguido e o interessado, quando Advogado, que não respeitem a natureza secreta do processo incorrem em responsabilidade disciplinar.

Artigo 124.º

Direito subsidiário

1 - Ao exercício do poder disciplinar da Ordem dos Advogados, em tudo o que não for contrário ao estabelecido no presente Estatuto e respectivos regulamentos, são subsidiariamente aplicáveis:

- a) Em matéria substantiva, as regras constantes do Código Penal;
- b) Em matéria adjectiva, as regras constantes do Código de Processo Penal.

2 - Nos casos em que não tiverem aplicação as regras constantes do Código de Processo Penal, aplicar-se-ão as regras constantes do Código do Procedimento Administrativo.

CAPÍTULO II

Titulares dos órgãos jurisdicionais

Artigo 125.º

Independência

Os titulares dos órgãos da Ordem dos Advogados com competência disciplinar são independentes no exercício da sua competência jurisdicional.

Artigo 126.º

Irresponsabilidade

1 - Os titulares dos órgãos da Ordem dos Advogados com competência disciplinar não podem ser responsabilizados pelas decisões proferidas no exercício das suas funções.

2 - Só nos casos especialmente previstos na lei é que os titulares dos órgãos da Ordem dos Advogados com competência disciplinar podem ser sujeitos, em razão do exercício das suas funções, a responsabilidade civil, criminal ou disciplinar.

3 - Fora dos casos em que a falta constitua crime, a responsabilidade civil apenas pode ser efectivada mediante acção de regresso da Ordem dos Advogados contra o titular dos seus órgãos jurisdicionais, com fundamento em dolo ou culpa grave.

4 - Em caso de responsabilidade disciplinar dos titulares dos órgãos jurisdicionais da Ordem dos Advogados, a deliberação de instauração do procedimento, bem como a de aplicação de sanção disciplinar, deve ser tomada por maioria de, pelo menos, dois terços de todos os membros do conselho superior.

Artigo 127.º

Processos disciplinares contra titulares de cargos da Ordem

Têm carácter urgente, com prioridade sobre quaisquer outros, os processos disciplinares em que sejam visados titulares de algum dos órgãos da Ordem dos Advogados em exercício de funções.

CAPÍTULO III

Penas, sua medida, graduação e execução

Artigo 128.º

Penas disciplinares

1 - As penas disciplinares são as seguintes:

a) Advertência;

b) Censura;

c) Multa de quantitativo até ao valor da alçada dos tribunais de comarca;

d) Multa de quantitativo entre o valor da alçada dos tribunais de comarca e o valor da alçada dos tribunais da relação;

e) Suspensão até 10 anos;

f) Expulsão.

2 - A pena de advertência é aplicável quando o arguido tenha violado de forma leve os deveres profissionais no exercício da advocacia e tem por finalidade evitar a repetição da conduta lesiva.

3 - A pena de censura é aplicável a condutas que violem os deveres profissionais dos Advogados ainda de forma leve mas para as quais, em razão da culpa do arguido, já não seja bastante a advertência, consistindo aquela num juízo de reprovação pela falta cometida.

4 - A pena de multa é aplicável a faltas graves e é fixada em quantia certa, em função da gravidade e das consequências da infração cometida.



5 - A pena de suspensão consiste no afastamento total do exercício da Advocacia durante o período de cumprimento da pena e é aplicável quando a infracção disciplinar for grave, pondo em causa, a integridade física das pessoas ou lesando de forma grave a honra ou o património alheio ou valores equivalentes.

6 - A pena de expulsão consiste no afastamento total do exercício da Advocacia, sem prejuízo de reabilitação e é aplicável a faltas muito graves, pondo em causa a integridade física, a vida, ou lesando de forma muito grave a honra ou o património alheio ou valores equivalentes.

7 - As penas são sempre registadas e produzem unicamente os efeitos declarados no presente Estatuto.

8 - Cumulativamente ou não com qualquer das penas previstas neste Estatuto, pode ser imposta a restituição total ou parcial de honorários.

9 - Independentemente da decisão final do processo, pode ser imposta a restituição de quantias, documentos ou objectos que hajam sido confiados ao Advogado.

10 - No caso de profissionais em regime de livre prestação de serviços em território nacional e de sociedades de Advogados, as penas de suspensão e expulsão assumem a forma de interdição temporária ou definitiva do exercício da actividade profissional, respectivamente.

11 - A decisão de aplicação de pena mais grave do que a de advertência a Advogado que exerça algum cargo nos órgãos da Ordem dos Advogados determina a caducidade do mandato, nos termos previstos no artigo 18.º.

12 - Sempre que a infracção resulte da violação de um dever por omissão, o cumprimento das penas aplicadas não dispensa o arguido do cumprimento daquele, se tal ainda for possível.

Artigo 129.º

Medida e graduação da pena

Na determinação da medida das penas deve atender-se aos antecedentes profissionais e disciplinares do arguido, ao grau da culpa, à gravidade e às consequências da infracção, à situação económica do arguido e a todas as demais circunstâncias agravantes e atenuantes.

Artigo 130.º

Circunstâncias atenuantes

Constituem, entre outras, circunstâncias atenuantes:

- a) O exercício efectivo da advocacia por um período superior a oito anos, sem qualquer sanção disciplinar;
- b) A confissão;
- c) A colaboração do Advogado arguido para a descoberta da verdade;
- d) A reparação espontânea, pelo Advogado arguido, dos danos causados pela sua conduta.

Artigo 131.º

Circunstâncias agravantes

Constituem, entre outras, circunstâncias agravantes:

- a) A verificação de dolo;
- b) A premeditação;
- c) O conluio;
- d) A reincidência;
- e) A acumulação de infracções;
- f) A prática de infracção disciplinar durante o cumprimento de pena disciplinar ou de suspensão da respectiva execução;
- g) A produção de prejuízo de valor igual ou superior a metade da alçada dos tribunais da relação.

Artigo 132.º

Reincidência

Considera-se reincidente o Advogado que cometa uma infracção disciplinar após a condenação em definitivo por infracção anterior, desde que essa infracção tenha ocorrido há menos de 5 (cinco) anos.

Artigo 133.º

Unidade e acumulação de infracções

1 - Verifica-se a acumulação de infracções sempre que duas ou mais infracções sejam cometidas simultaneamente ou antes da punição de infracção anterior.

2 - Não pode ser aplicada ao mesmo Advogado mais de uma pena disciplinar:



- a) Por cada infracção cometida;
- b) Pelas infracções acumuladas que sejam apreciadas num único processo;
- c) Pelas infracções apreciadas em mais de um processo, quando apensados.

Artigo 134.º

Punição do concurso de infracções

1 - É igualmente condenado numa única pena disciplinar o Advogado que, antes de se tornar definitiva a sua condenação por uma infracção, venha também a ser condenado pela prática de outra ou outras infracções, apreciadas em processos distintos e que não tenham sido apensados.

2 - Em tal caso, a pena aplicável tem:

a) Como limite máximo, a soma das penas concretamente aplicadas às várias infracções, não podendo ultrapassar o limite de 15 anos tratando-se da pena de suspensão e o dobro do valor da alçada dos tribunais da relação tratando-se de pena de multa; se, porém, tiver sido concretamente aplicada a pena de expulsão por qualquer dessas infracções ou mais de uma pena concreta de suspensão com duração superior a 15 anos, então a pena máxima aplicável é a de expulsão;

b) Como limite mínimo, a mais elevada das penas concretamente aplicadas às várias infracções.

3 - Sem prejuízo da situação prevista na segunda parte da alínea a) do número anterior, quando as penas concretamente aplicadas às infracções em concurso forem umas de suspensão e outras de multa, de censura ou de advertência, a diferente natureza destas

mantém-se na pena única resultante da aplicação dos critérios estabelecidos nos números anteriores.

4 - Cumulativamente com a pena única é aplicada ao Advogado arguido a obrigação de restituição imposta nos termos dos números 3., e 4., do artigo 128.º, ainda que apenas determinada por uma das infracções em concurso.

Artigo 135.º

Conhecimento superveniente do concurso

1 - Se, depois de uma condenação definitiva, mas antes de a respectiva pena estar cumprida, prescrita ou extinta, se apurar que o Advogado arguido praticou, anteriormente àquela condenação, outra ou outras infracções, são aplicáveis as regras do artigo anterior.

2 - O disposto no número anterior é ainda aplicável no caso de todas as infracções terem sido separadamente objecto de condenações definitivas.

Artigo 136.º

Suspensão da execução das penas

1 - Atendendo, nomeadamente, ao grau de culpa, ao comportamento do arguido e às circunstâncias que rodearam a prática da infracção, a execução das penas de suspensão, multa e censura pode ser suspensa por um período compreendido entre um e cinco anos.

2 - A suspensão da execução da pena é revogada sempre que, no seu decurso, seja proferida decisão definitiva que imponha nova pena disciplinar superior à de censura, pela prática de infracção posterior à primitiva condenação.

Artigo 137.º

Causas de exclusão da culpa

São causas de exclusão da culpa as previstas na lei penal.

Artigo 138.º

Aplicação de pena de suspensão superior a dois anos ou de pena de expulsão

- 1 - A aplicação de pena de suspensão de duração superior a dois anos ou de pena de expulsão só pode ter lugar mediante deliberação que obtenha a maioria de dois terços dos votos do conselho após audiência pública realizada nos termos do artigo 159.º.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a pena de suspensão de duração superior a dois anos e a pena de expulsão, devem ainda ser ratificadas pelas secções competentes do conselho superior.
- 3 - A pena de expulsão só pode ser aplicada às infracções muito graves.

Artigo 139.º

Condenação em processo criminal

- 1 - Sempre que em processo criminal seja imposta a proibição de exercício da profissão durante período de tempo determinado, este é deduzido à pena disciplinar de suspensão que, pela prática dos mesmos factos, vier a ser aplicada ao Advogado.
- 2 - A condenação de Advogado em processo criminal, com trânsito em julgado, cuja sanção implique a inibição do exercício da profissão, é comunicada à Ordem dos Advogados para efeitos de registo no respectivo processo individual.

Artigo 140.º

Publicidade das penas

A publicidade é feita, apenas quanto às penas de suspensão e de expulsão, por meio de edital afixado nas instalações do conselho de deontologia e publicado no site da Ordem dos Advogados na Internet, dele constando a identidade, o número da cédula profissional e o domicílio profissional do Advogado arguido, bem como as normas violadas e a pena aplicada.

Artigo 141.º

Incumprimento da pena de multa

1 - O presidente do órgão competente em matéria disciplinar deve determinar a suspensão da inscrição do Advogado ou Advogado estagiário, sempre que, a contar da data em que se deva considerar notificado da decisão definitiva, este não proceda:

a) Ao pagamento, no prazo de três meses, da multa em que haja sido condenado;

b) Ao cumprimento, no prazo de 15 dias, do disposto nos números 8., e 9., do artigo 128.º, quando aplicáveis.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá o presidente do órgão competente, a pedido, devidamente fundamentado, do Advogado ou do Advogado estagiário, conceder no pagamento da multa em regime de prestações.

Artigo 142.º

Formas do processo

1 - A acção disciplinar comporta as seguintes formas:

a) Processo disciplinar;

b) Processo de inquérito.

2 - Aplica-se o processo disciplinar sempre que a determinado Advogado ou Advogado estagiário sejam imputados factos devidamente concretizados, susceptíveis de constituir infracção.

3 - O processo de inquérito é aplicável quando a participação for da autoria de um particular ou de entidades estranhas à Ordem dos Advogados e nela não esteja claramente identificado o Advogado ou Advogado estagiário visado ou se imponha a realização de diligências sumárias para esclarecimento ou concretização dos factos participados.

4 - Depois de averiguada a identidade do Advogado ou Advogado estagiário visado ou, logo que se mostrem minimamente concretizados ou esclarecidos os factos participados, sendo eles susceptíveis de constituir infracção, é proposta a imediata conversão do processo de inquérito em processo disciplinar, mediante parecer sucintamente fundamentado.

5 - Quando a participação seja manifestamente inviável ou infundada, deve a mesma ser liminarmente arquivada por despacho do presidente ou em quem este delegar, dando-se cumprimento ao disposto no número 3., do artigo 121.º.

6 - Da decisão de arquivamento liminar cabe reclamação para o respectivo conselho.

Artigo 143.º

Tramitação do processo

- 1 - Na instrução do processo deve o relator procurar atingir a verdade material, removendo todos os obstáculos ao seu regular e rápido andamento e recusando, fundamentadamente, tudo o que for impertinente, inútil ou dilatatório.
- 2 - A forma dos actos, quando não esteja expressamente regulada, deve ajustar-se ao fim em vista e limitar-se ao indispensável para o alcançar.

Artigo 144.º

Prazos

- 1 - À contagem dos prazos em todos os processos regulados neste capítulo são aplicáveis as regras do Código de Processo Penal.
- 2 - Na falta de disposição especial, é de 10 dias o prazo para a prática de qualquer acto no âmbito dos processos regulados no presente capítulo.

Artigo 145.º

Impedimentos, escusas e recusas

- 1 - Aos impedimentos, escusas e recusas do relator e demais membros do conselho com competência disciplinar são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as regras constantes do Código de Processo Penal.

2 - O incidente é resolvido no prazo máximo de oito dias pela entidade que designou o relator e, caso seja julgado procedente, é logo designado um novo relator.

Artigo 146.º

Cumprimento dos prazos

Não sendo cumpridos os prazos consagrados no presente capítulo, pode o processo ser redistribuído a outro relator nos mesmos termos e condições, devendo os factos ser comunicados ao presidente do conselho competente.

SECÇÃO II

Processo

Artigo 147.º

Distribuição do processo

1 - Instaurado o processo disciplinar, o presidente do conselho competente procede à respectiva distribuição, sem prejuízo de delegação em qualquer dos seus membros.

2 - Em caso de impedimento permanente do relator ou nos seus impedimentos temporários, procede-se a nova distribuição, sempre que as circunstâncias o justifiquem.

3 - Procede-se ainda a nova distribuição sempre que o presidente do conselho aceite escusa do relator.

4 - Os conselhos podem nomear relatores adjuntos ou cometer a instrução dos processos a Advogados inscritos pela respectiva região há mais de cinco anos.

Artigo 148.º

Apensação de processos

- 1 - Estando pendentes vários processos disciplinares contra o mesmo arguido, ainda que em conselhos diferentes, são todos obrigatoriamente apensados ao mais antigo e proferida uma só decisão, excepto se da apensação resultar manifesto inconveniente.
- 2 - Estando pendentes vários processos disciplinares contra vários arguidos em simultâneo, são extraídas as necessárias certidões de modo a dar-se cumprimento ao disposto no número anterior.

Artigo 149.º

Instrução do processo

- 1 - Compete ao relator regular o andamento da instrução do processo e manter a disciplina nos respectivos actos.
- 2 - A instrução do processo realiza-se na sede do respectivo conselho, se não houver conveniência em que as diligências se efectuem em local diferente.
- 3 - Neste caso, as diligências podem ser requisitadas por qualquer meio idóneo de comunicação ao órgão competente, com indicação do prazo para cumprimento e da matéria sobre que devem incidir.
- 4 - A instrução não pode ultrapassar o prazo de 180 dias contados a partir da distribuição.
- 5 - Em casos de excepcional complexidade ou por outros motivos devidamente justificados, pode o relator solicitar ao presidente do conselho a prorrogação do prazo

previsto no número anterior, não podendo, no entanto, a prorrogação ultrapassar o limite máximo de mais 180 dias.

6 - Na instrução do processo são admissíveis todos os meios de prova em direito permitidos.

7 - Na fase de instrução, o Advogado arguido deve ser sempre ouvido sobre a matéria da participação.

8 - O interessado e o arguido podem requerer ao relator as diligências de prova que considerem necessárias ao apuramento da verdade.

9 - Na fase de instrução, o interessado e o arguido não podem indicar, cada um, mais de 3 testemunhas por cada facto, com o limite máximo de 10 testemunhas.

10 - Consideram-se não escritos os nomes das testemunhas arroladas que ultrapassem o limite definido no número anterior.

Artigo 150.º

Termo da instrução

1 - Finda a instrução, o relator ordena a junção do extracto do registo disciplinar do Advogado arguido e profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua pelo arquivamento do processo.

2 - Não sendo proferido despacho de acusação, o relator apresenta o parecer na primeira sessão do conselho ou da secção, a fim de ser deliberado o arquivamento do processo.



3 - Caso o conselho ou a secção deliberem o seu prosseguimento com a realização de diligências complementares ou a emissão de despacho de acusação, pode ser designado novo relator de entre os membros do conselho ou secção que tenham votado a continuação do processo.

Artigo 151.º

Despacho de acusação

O despacho de acusação deve revestir a forma articulada e mencionar, sob pena de nulidade:

- a) A identidade do arguido;
- b) Os factos imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados;
- c) As normas legais e regulamentares infringidas, bem como, se for caso disso, a possibilidade de aplicação da pena de suspensão ou de expulsão;
- d) A indicação dos meios de prova;
- e) O prazo para a apresentação da defesa;
- f) A data e a assinatura.

Artigo 152.º

Suspensão preventiva

1 - Juntamente com o despacho de acusação, o relator pode propor que seja aplicada ao Advogado arguido a medida de suspensão preventiva quando:



- a) Haja fundado receio da prática de novas e graves infracções disciplinares ou de perturbação do decurso do processo;
- b) O Advogado arguido tenha sido acusado ou pronunciado criminalmente por crime cometido no exercício da profissão ou por crime a que corresponda pena superior a 3 anos de prisão, ou
- c) Seja desconhecido o paradeiro do Advogado arguido.

2 - A suspensão não pode exceder o período de seis meses e deve ser deliberada por maioria de dois terços dos membros do conselho onde o processo correr os seus termos.

3 - Excepcionalmente e devidamente fundamentado, o conselho superior pode, mediante proposta aprovada por dois terços dos membros do órgão onde o processo correr termos, prorrogar a suspensão por mais seis meses.

4 - O tempo de duração da medida de suspensão preventiva é sempre descontado nas penas de suspensão.

5 - Os processos disciplinares com arguido suspenso preventivamente têm carácter urgente e a sua marcha processual prefere a todos os demais.

6 - O recurso interposto da decisão que aplique a medida de suspensão preventiva tem subida imediata e efeito devolutivo.

Artigo 153.º

Notificação da acusação

1 - O arguido é notificado da acusação, pessoalmente ou por via postal, considerando-se, neste caso, efectuada no 3.º dia útil ao do respectivo registo, com a entrega da respectiva cópia e a informação do prazo para apresentação da defesa e ainda de que o julgamento é realizado em audiência pública caso o requeira e, independentemente de

requerimento, sempre que a infracção seja passível de pena de suspensão ou de expulsão.

2 - A notificação por via postal é efectuada através de carta registada com aviso de recepção endereçada para o domicílio profissional ou para a residência do arguido, consoante a sua inscrição esteja ou não em vigor.

3 - Se o arguido estiver ausente do País, ou for desconhecida a sua residência, é notificado por edital, que deve apenas conter a menção de que contra ele se encontra pendente procedimento disciplinar e o prazo fixado para apresentar a sua defesa, a afixar nas instalações do conselho e a divulgar no site da Ordem dos Advogados, pelo período de 20 dias.

Artigo 154.º

Exercício do direito de defesa

1 - O prazo para apresentação da defesa é de 20 dias.

2 - Se o arguido for notificado no estrangeiro ou por edital, o prazo para a apresentação da defesa é fixado pelo relator, não podendo ser inferior a 30 dias nem superior a 60 dias.

3 - A requerimento do arguido ou do seu defensor, pode o relator, quando considere que ocorre motivo ponderoso que impeça ou dificulte anormalmente ao arguido ou ao seu defensor a organização da defesa, prorrogar o prazo desta por período nunca inferior a 10 dias nem superior a 30 dias.

4 - O relator pode, em caso de justo impedimento, admitir a defesa apresentada extemporaneamente.

5 - Se o arguido estiver impossibilitado de organizar a sua defesa por motivo de incapacidade devidamente comprovada, o relator nomear-lhe-á imediatamente um



curador para esse efeito, preferindo a pessoa a quem competiria a tutela, em caso de interdição nos termos da lei civil.

6 - O curador nomeado nos termos do número anterior pode usar de todos os meios de defesa facultados ao arguido.

7 - O incidente de alienação mental pode ser suscitado pelo relator, pelo arguido ou por qualquer familiar deste.

8 - Durante o prazo para a apresentação da defesa, o processo pode ser consultado na secretaria pelo arguido ou por Advogado por ele constituído ou ser confiado a qualquer deles para exame no seu escritório, após extracção de cópia do processo que ali ficará arquivado.

9 - A confiança do processo no termos do número anterior deve ser precedida de despacho do relator.

10 - Não sendo possível proferir de imediato o despacho referido no número anterior, a secretaria contacta o relator pelo meio mais expedito, devendo este, pelo mesmo meio, comunicar a sua decisão, da qual é lavrada cota no processo.

Artigo 155.º

Apresentação da defesa

1 - A defesa é feita por escrito e apresentada na secretaria do conselho competente, devendo expor clara e concisamente os factos e as razões que a fundamentam.

2 - Com a defesa, o arguido deve apresentar o rol de testemunhas, podendo indicar 3 testemunhas por cada facto, com o limite máximo de 10 testemunhas, juntar documentos e requerer quaisquer diligências, que podem ser recusadas, mediante despacho fundamentado, quando manifestamente impertinentes, dilatórias ou desnecessárias para o apuramento dos factos e da responsabilidade do arguido.

3 - O arguido deve indicar os factos sobre os quais incide a prova, sendo convidado a fazê-lo, sob pena de indeferimento na falta de indicação.

4 - O relator pode permitir que o número de testemunhas referido nos termos do número 2., seja acrescido das que considerar necessárias para a descoberta da verdade.

Artigo 156.º

Realização de novas diligências

1 - Além das requeridas pela defesa, o relator deve ordenar todas as diligências de prova que considere necessárias para o apuramento da verdade.

2 - O disposto no número anterior não deve ultrapassar o prazo de 60 dias, podendo o conselho prorrogar o prazo por mais 30 dias, ocorrendo motivo justificado, nomeadamente em razão da excepcional complexidade do processo.

Artigo 157.º

Relatório final

1 - Realizadas as diligências referidas no artigo anterior, o relator elabora, no prazo de 10 dias, um relatório fundamentado, que deverá ser notificado ao arguido, para se pronunciar em igual prazo, e do qual constem os factos apurados, a sua qualificação e gravidade, a pena que entende dever ser aplicada ou a proposta de arquivamento dos autos.

2 - Seguidamente, no prazo máximo de cinco dias, o processo é entregue no conselho ou na secção respectivos, para julgamento.

Artigo 158.º

Julgamento

1 - Não havendo lugar a audiência pública e se todos os membros do conselho ou da secção se considerarem para tanto habilitados, é votada a deliberação e lavrado e assinado o acórdão.

2 - Se algum ou alguns membros se declararem não habilitados a deliberar, o processo é dado para vista, por cinco dias, a cada membro que a tiver solicitado, findo o que é novamente presente para julgamento.

3 - Os votos de vencido devem ser fundamentados.

4 - Antes do julgamento, o conselho ou a secção podem ordenar a realização de novas diligências, a cumprir no prazo que para o efeito estabeleça.

5 - O acórdão final é notificado ao arguido, nos termos do artigo 153.º, ao participante e ao Bastonário.

Artigo 159.º

Audiência pública

1 - Havendo lugar a audiência pública, é a mesma realizada no prazo de 30 dias e nela devem participar, pelo menos, quatro quintos dos membros do conselho ou da secção.

2 - A audiência pública é presidida pelo presidente do conselho ou secção respectiva ou pelo seu legal substituto e nela podem intervir o participante que seja directo titular do

interesse ofendido pelos factos participados, o arguido e os mandatários que hajam constituído.

3 - A audiência pública só pode ser adiada uma vez por falta do arguido ou do seu defensor.

4 - Faltando o arguido e não podendo ser adiada a audiência, o processo é decidido nos termos do artigo anterior.

5 - Aberta a audiência, procedendo-se à produção de prova complementar requerida pelo participante ou pelo arguido e que deve ser imediatamente oferecida, podendo ser arroladas até cinco testemunhas.

6 - Finda a produção de prova, é dada a palavra ao participante e ao arguido ou aos respectivos mandatários para alegações orais, por período não superior a trinta minutos.

7 - Caso o considere conveniente, o conselho pode determinar a realização de novas diligências.

8 - Encerrada a audiência, o conselho ou a secção reúne de imediato para deliberar, lavrando acórdão, que deve ser notificado nos termos do número 5., do artigo anterior.

CAPÍTULO V

Recursos ordinários

Artigo 160.º

Deliberações recorríveis

1 - Das deliberações dos conselhos de deontologia ou suas secções cabe recurso para o conselho superior.

2 - Das deliberações das secções do conselho superior, nos termos da alínea d) do número 3., do artigo 44.º, cabe recurso para o plenário do mesmo órgão.

3 - Não são susceptíveis de recurso as deliberações do plenário do conselho superior, sem prejuízo do disposto no número 3., do artigo 6.º.

4 - Não admitem recurso em qualquer instância as decisões de mero expediente ou de disciplina dos trabalhos.

Artigo 161.º

Legitimidade para a interposição do recurso

1 - Têm legitimidade para interpor recurso o arguido, os interessados e o Bastonário.

2 - Não é permitida a renúncia ao recurso antes do conhecimento da deliberação final.

Artigo 162.º

Subida e efeitos do recurso

1 - Os recursos interpostos de despachos ou acórdãos interlocutórios sobem com o da decisão final.

2 - Têm efeito suspensivo os recursos interpostos pelo Bastonário e os das decisões finais.

Artigo 163.º

Interposição e notificação do recurso



1 - O prazo para a interposição dos recursos é de 15 dias a contar da notificação da deliberação final, ou de 30 dias a contar da afixação do edital.

2 - O requerimento de interposição do recurso é sempre motivado, sob pena de não admissão do mesmo, sendo, para tanto, facultada a consulta do processo.

3 - Com a motivação, que deve enunciar especificamente os fundamentos do recurso e terminar com a formulação de conclusões, pode o recorrente requerer a junção dos documentos que entenda convenientes, desde que os mesmos não pudessem ter sido apresentados até à decisão final objecto do recurso.

4 - O Bastonário pode recorrer mediante simples despacho, com mera indicação do sentido da sua discordância, não sendo aplicável o disposto nos números 2., e 3.

5 - O recurso não é admitido quando a decisão for irrecorrível, quando for interposto fora de tempo, quando o recorrente não tiver as condições necessárias para recorrer ou por falta da motivação, quando exigível.

6 - Admitido o recurso que subir imediatamente, é notificado o recorrido para responder no prazo de 15 dias, sendo-lhe facultada a consulta do processo.

7 - Junta a resposta do recorrido, deve a mesma ser notificada ao recorrente quando este não seja o Bastonário e os autos remetidos ao órgão competente para julgamento do recurso.

Artigo 164.º

Baixa do processo ao conselho de deontologia

Julgado definitivamente qualquer recurso, o processo baixa ao conselho de deontologia respectivo.

CAPÍTULO VI

Recurso de revisão

Artigo 165.º

Fundamentos e admissibilidade da revisão

1 - É admissível a revisão de decisão definitiva proferida pelos órgãos da Ordem dos Advogados com competência disciplinar sempre que:

- a) Uma decisão judicial transitada em julgado declarar falsos quaisquer elementos ou meios de prova que tenham sido determinantes para a decisão revidenda;
- b) Uma decisão judicial transitada em julgado tiver dado como provado crime cometido por membro ou membros do órgão que proferiu a decisão revidenda e relacionado com o exercício das suas funções no processo;
- c) Os factos que serviram de fundamento à decisão condenatória forem inconciliáveis com os dados como provados noutra decisão definitiva e da oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;
- d) Se tenham descoberto novos factos ou meios de prova que, por si ou combinados com os que foram apreciados no processo, suscitem graves dúvidas sobre a justiça da decisão condenatória proferida.

2 - Com fundamento na antecedente alínea d) não é admissível revisão com o único fim de corrigir a medida concreta da sanção aplicada.

3 - A simples alegação de ilegalidade, formal ou substancial, do processo e da decisão disciplinares, não constitui fundamento para a revisão.

4 - A revisão é admissível ainda que o procedimento se encontre extinto ou a pena prescrita ou cumprida.

Artigo 166.º

Legitimidade

1 - Têm legitimidade para requerer a revisão:

- a) O participante, relativamente a decisões de arquivamento do processo disciplinar;
- b) O Advogado condenado ou seu defensor, relativamente a decisões condenatórias.

2 - Têm ainda legitimidade para requerer a revisão e para a prosseguir nos casos em que o Advogado condenado tiver falecido o cônjuge, os descendentes, adoptados, ascendentes, adoptantes, parentes ou afins até ao 4.º grau da linha colateral, os herdeiros que mostrem um interesse legítimo, os Advogados com quem o condenado mantinha sociedade ou partilhava escritório ou quem do condenado tiver recebido incumbência expressa.

3 - O Bastonário pode também apresentar proposta de revisão de decisões definitivas condenatórias ou de arquivamento.

Artigo 167.º

Formulação do pedido ou proposta de revisão

1 - O requerimento ou proposta de revisão é apresentado ao órgão com competência disciplinar que proferiu a decisão a rever.

2 - O requerimento ou proposta de revisão é sempre motivado e contém a indicação dos meios de prova.

3 - Devem ser juntos ao requerimento ou proposta de revisão os documentos necessários à instrução do pedido.

Artigo 168.º

Tramitação do pedido ou proposta de revisão

1 - A revisão é processada por apenso aos autos em que foi proferida a decisão a rever.

2 - A parte ou partes contra quem é pedida ou proposta a revisão são notificadas para, no prazo de 15 dias, apresentarem a sua resposta e indicarem os seus meios de prova.

3 - Se o fundamento da revisão for o previsto no número 1., do artigo 165.º, o relator a quem o processo for distribuído procede às diligências que considere indispensáveis para a descoberta da verdade, mandando documentar, por redução a escrito ou por qualquer meio de reprodução integral, as declarações prestadas.

4 - O requerente não pode indicar testemunhas que não tiverem sido ouvidas no processo, a não ser justificando que ignorava a sua existência ao tempo da decisão ou que estiveram impossibilitadas de depor.

Artigo 169.º

Julgamento

1 - Uma vez expirado o prazo de resposta ou realizadas as diligências requeridas, quando a elas houver lugar, o relator elabora, no prazo de 10 dias, parecer

fundamentado sobre o mérito do pedido ou da proposta de revisão e, no prazo máximo de 5 dias, entrega o processo ao conselho ou à secção respectivos, para deliberação.

2 - Se a decisão a rever tiver sido proferida pelo conselho superior, o julgamento tem lugar em plenário após a entrega do processo com parecer fundamentado, nos termos do número que antecede.

3 - Se a decisão a rever tiver sido proferida por um conselho de deontologia, o processo é em seguida remetido ao conselho superior, para julgamento em plenário.

4 - A concessão da revisão tem de ser votada por maioria de dois terços dos membros do conselho e da respectiva deliberação cabe apenas recurso contencioso.

5 - A revisão apenas pode conduzir à manutenção, à alteração ou à revogação da deliberação proferida no processo revisto, mas nunca pode agravar a pena aplicada.

6 - A pendência de recurso contencioso incidente sobre a pena proferida em processo disciplinar não prejudica a revisão deste.

Artigo 170.º

Baixa do processo, averbamentos e publicidade

1 - Depois de julgado o pedido ou a proposta de revisão, o processo baixa, se for caso disso, ao conselho de deontologia respectivo, que o instrui e julga de novo, se a revisão tiver sido admitida.

2 - No caso de absolvição, são cancelados os averbamentos das decisões condenatórias.



3 - Ao acórdão proferido em julgamento na sequência da revisão é dada a publicidade devida, nos termos do artigo 140.º.

CAPÍTULO VII

Execução de penas

Artigo 171.º

Início de produção de efeitos das penas

1 - As penas disciplinares, bem como as determinações constantes dos números 3., e 4., do artigo 128.º, iniciam a produção dos seus efeitos decorrido que estiver o prazo para a respectiva impugnação contenciosa.

2 - A execução da pena não pode começar ou continuar em caso de cancelamento da inscrição.

3 - Se na data em que a decisão se torna definitiva estiver suspensa a inscrição do arguido por motivos não disciplinares, o cumprimento da pena disciplinar de suspensão tem início no dia imediato ao levantamento da suspensão.

Artigo 172.º

Competência para a execução de decisões disciplinares



Incumbe aos presidentes do conselho superior ou dos conselhos de deontologia a execução de todas as decisões proferidas nos processos para que sejam competentes esses órgãos.

Artigo 173.º

Cancelamento do registo da pena

São canceladas automaticamente e de forma irrevogável, no respectivo registo, as decisões que tenham aplicado penas, decorridos 10 anos sobre a sua extinção, com excepção das decisões que apliquem a pena de expulsão.

CAPÍTULO VIII

Reabilitação do Advogado expulso ou interdito definitivamente

Artigo 174.º

Regime

1 - Independentemente do pedido ou proposta de revisão da decisão, o Advogado punido com a pena de expulsão ou de interdição definitiva pode ser reabilitado desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Tenham decorrido mais de 15 anos sobre a data em que se tornou definitiva a decisão que aplicou a pena de expulsão ou de interdição definitiva;
- b) O reabilitando tenha revelado boa conduta, podendo, para o demonstrar, utilizar os meios de prova admitidos em direito.

2 - É aplicável ao pedido de reabilitação, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 165.º a 169.º.

3 - Concedida a reabilitação, nos termos do artigo 169.º, o Advogado reabilitado recupera plenamente os seus direitos e é dada a publicidade devida, nos termos do artigo 140.º, com as necessárias modificações.

CAPÍTULO IX

Averiguação de inidoneidade para o exercício da profissão

Artigo 175.º

Instauração do processo

É instaurado processo para averiguação de inidoneidade para o exercício profissional sempre que o Advogado ou Advogado estagiário:

- a) Tenha sido condenado por qualquer crime gravemente desonroso;
- b) Seja declarado inabilitado ou interdito nos termos da lei civil, por sentença transitada em julgado;
- c) Esteja em situação de incompatibilidade ou inibição do exercício da Advocacia e não tenha tempestivamente requerido a suspensão ou o cancelamento da sua inscrição, continuando a exercer a sua actividade profissional, mesmo através da prática de actos isolados próprios da mesma;
- d) Tenha, no momento da inscrição, prestado falsas declarações no que diz respeito a incompatibilidade para o exercício da Advocacia;

e) Seja condenado, no foro disciplinar da Ordem, em um ou mais processos, por reiterado e grave incumprimento dos deveres profissionais que lhe são impostos pelo presente Estatuto e respectivos regulamentos.

Artigo 176.º

Processo

- 1 - O processo para averiguação de inidoneidade para o exercício da profissão é instaurado nos mesmos termos em que o são os processos disciplinares.
- 2 - O processo segue os termos do processo disciplinar, com as necessárias adaptações, havendo sempre lugar a julgamento em audiência pública.
- 3 - A deliberação de falta de idoneidade para o exercício da profissão só pode ser proferida mediante decisão que obtenha dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente.
- 4 - Da deliberação final cabe recurso, nos termos previstos para as decisões em matéria disciplinar.

Artigo 177.º

Reabilitação do Advogado a quem haja sido reconhecida inidoneidade para o exercício da profissão

- 1 - Os Advogados condenados criminalmente que tenham obtido a reabilitação judicial podem, decorridos 10 anos sobre a data da condenação, solicitar a sua inscrição, sobre a qual decide, com recurso para o conselho superior, o competente conselho de deontologia.

2 - O pedido só é deferido quando, mediante inquérito prévio com audiência do requerente, se comprove a manifesta dignidade do seu comportamento nos últimos três anos e se alcance a convicção da sua completa recuperação para o exercício da profissão.

TÍTULO VI

Receitas e despesas da Ordem dos Advogados

Artigo 178.º

Quotas para a Ordem dos Advogados

1 - Os Advogados com inscrição em vigor e as sociedades de Advogados são obrigados a contribuir para a Ordem dos Advogados com a quota mensal cujo valor for fixado pelo conselho geral.

2 - O não pagamento das quotas, por prazo superior a doze meses, deverá ser comunicado ao conselho de deontologia competente, para efeitos de instauração de processo disciplinar ao Advogado devedor, e constitui uma infracção leve.

3 - O pagamento voluntário das quotas em dívida extingue o procedimento disciplinar ou a pena, consoante tenha lugar na pendência do processo disciplinar ou após a decisão final.

4 - A certidão de dívida de quotas emitida pelo conselho geral constitui título executivo.

5 - O produto das quotas é dividido em partes iguais entre o conselho geral, por um lado, e o conselho regional e delegação respectiva, por outro, repartindo-se os encargos da cobrança na proporção das respectivas receitas.

6 - O conselho geral entrega aos conselhos regionais que, por sua vez, entregam às delegações, nos 60 dias seguintes à respectiva cobrança, a parte que a cada um caiba no produto da cobrança das quotas.

7 - O conselho geral pode abonar mensalmente aos conselhos regionais e às delegações uma importância por conta da parte que lhes cabe no produto da cobrança das quotas, bem como prestar-lhes, dentro das suas possibilidades, auxílio financeiro, quando devidamente justificada a sua necessidade.

Artigo 179.º

Cobrança coerciva

1 - Compete à Ordem dos Advogados, através dos órgãos competentes para o efeito, proceder à liquidação e cobrança das suas receitas, incluindo as quotas e taxas, bem como as multas e outras receitas obrigatórias.

2 - Em caso de não pagamento dentro dos prazos devidos é emitido aviso para pagamento no prazo de 15 dias.

Artigo 180.º

Contabilidade e gestão financeira

1 - O exercício da vida económica da Ordem dos Advogados coincide com o ano civil.

2 - As contas da Ordem dos Advogados são encerradas com referência a 31 de Dezembro de cada ano.

3 - A contabilidade da Ordem dos Advogados obedece ao regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística.

4 - Constituem instrumentos de controlo de gestão:

a) O orçamento;

b) O relatório e as contas do exercício com referência a 31 de Dezembro.

5 - O conselho geral deve elaborar, até 31 de Março do ano seguinte, o relatório e as contas do exercício anterior e, até 31 de Outubro, o orçamento para o ano subsequente.



6 - Os conselhos regionais devem apresentar ao conselho geral, até 28 de Fevereiro do ano seguinte, as contas do exercício anterior e, até 30 de Setembro, as propostas para inclusão no orçamento para o ano subsequente.

7 - As delegações devem apresentar ao conselho regional respectivo, até 31 de Janeiro do ano seguinte, as contas do exercício anterior e, até 31 de Agosto, as suas propostas para inclusão no orçamento para o ano subsequente.

8 - As contas do exercício, logo que elaboradas pelo órgão competente, devem ser objecto de certificação legal pelo conselho fiscal, a ser emitida no prazo de 30 dias.

9 - A actividade contabilística e de gestão financeira da Ordem dos Advogados fica sujeita à jurisdição do Tribunal de Contas, nos termos da respectiva legislação.

Artigo 181.º

Processos na Ordem dos Advogados

1- Não dão lugar a custas ou a taxa de justiça os processos que corram na Ordem dos Advogados.

2 - A litigância de má fé por qualquer interveniente processual poderá ser sancionada com multa nos termos a definir pelo conselho geral.

Artigo 182.º

Reuniões nas salas dos tribunais

Os órgãos da Ordem dos Advogados podem reunir-se, nas delegações em que não tenham instalação própria, nas salas dos tribunais indicadas pelos respectivos juízes e a horas em que não prejudiquem os serviços judiciais.

Artigo 183.º

Livros e impressos

Todos os livros, impressos e documentos electrónicos destinados ao expediente dos serviços da Ordem dos Advogados devem ser conformes aos modelos aprovados pelo



conselho geral.

TÍTULO VII

Acesso ao Direito

Artigo 184.º

Nomeações de patronos ou defensores e escalas

O acesso ao direito e aos tribunais constitui atribuição da Ordem dos Advogados, a quem incumbe, designadamente, proceder à nomeação de patronos ou defensores aos beneficiários e à elaboração de escalas de prevenção ou presenciais, bem como às respectivas nomeações urgentes.

Artigo 185.º

Seleção dos profissionais forenses

- 1 - Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, a candidatura dos Advogados para participar no sistema de acesso ao direito e aos tribunais é voluntária.
- 2 - A participação dos Advogados no sistema é efectuada nos termos definidos em regulamento do Conselho Geral.
- 3 - A selecção deve assegurar a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários de protecção jurídica no âmbito do sistema de acesso ao direito.

Artigo 186.º

Reembolso de despesas

1 - O reembolso das despesas de deslocação realizadas em Portugal continental, bem como de todas as despesas referentes ao processo, apresentadas pelos Advogados participantes no sistema de acesso ao direito fica dependente de homologação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

2 - Aos Advogados inscritos no sistema de acesso ao direito e aos tribunais é devido o pagamento de despesas de deslocação que ocorram fora da área territorial do município em que aqueles se encontram inscritos.



3 – As despesas de deslocação e demais custos inerentes suportados por Advogado nas Regiões Autónomas, sempre que se verifique a indispensabilidade de deslocação de patrono ou defensor nomeado para ilha diversa da do seu domicílio, são antecipadamente pagos pelo Ministério da Justiça, através do IGFIJ, I. P..

Artigo 187.º

Prazo de Pagamento

1 - O pagamento dos honorários e o reembolso de despesas aos Advogados é sempre efectuado por via electrónica, tendo em conta a informação remetida pela Ordem dos Advogados ao Ministério da Justiça, por intermédio do IGFEJ, I. P.

2 - Os honorários e despesas devidos aos Advogados inscritos no sistema de acesso ao direito e aos tribunais devem ser pagos pelo Ministério da Justiça, IGFEJ, I. P., até ao termo do mês seguinte àquele em que os honorários são confirmados no sistema electrónico, pela secretaria do tribunal ou serviço competente junto do qual corre o processo.

3 - O pedido de honorários considera-se tacitamente confirmado quinze dias após o envio da respectiva informação pela Ordem dos Advogados ao Ministério da Justiça, por intermédio do IGFEJ, I. P.

Artigo 188.º

Pedidos de Escusa, Dispensa de Patrocínio e Substituição

O pedido de escusa, de recusa de patrocínio e o pedido de substituição dirigido à Ordem dos Advogados e apresentado na pendência de um processo, interrompe o prazo que estiver em curso, com a junção aos respectivos autos de documento comprovativo do referido pedido, aplicando-se o disposto no número 5., do artigo 24.º, da Lei n.º 34/2004 de 29 de Julho, alterada e republicada pela Lei n.º 47/2007 de 28 de Agosto.

TÍTULO VIII

Advogados, Advogados estagiários e sociedades de Advogados

CAPÍTULO I

Inscrição

Artigo 189.º

Inscrição na Ordem dos Advogados e domicílio profissional

- 1 - A inscrição é feita no conselho geral, sendo o processo de inscrição tramitado preparatoriamente pelo conselho regional competente.
- 2 - Todas as comunicações previstas neste Estatuto e nos regulamentos da Ordem dos Advogados devem ser feitas, salvo disposição legal expressa em contrário, para o domicílio profissional.
- 3 - O domicílio profissional do Advogado estagiário é o do seu patrono.

Artigo 190.º

Cédula profissional

- 1 - A cada Advogado ou advogado estagiário inscrito é entregue a respectiva cédula profissional, a qual serve de prova da inscrição na Ordem dos Advogados.
- 2 - Compete ao conselho geral definir, por deliberação, as características das cédulas profissionais, incluindo o respectivo prazo de validade e o modelo a que devem obedecer, bem como outros elementos que possa considerar adequados para a identificação dos Advogados e Advogados estagiários.
- 3 - O Advogado ou Advogado estagiário no exercício das respectivas funções deve obrigatoriamente fazer prova da sua inscrição através de cédula profissional válida, a ser exibida ou junta por fotocópia, consoante os casos, ou através de outro elemento de identificação adequado, para tanto aprovado pelo conselho geral.

4 - O Advogado suspenso ou com a inscrição cancelada deve restituir a cédula profissional ao conselho regional em que esteja inscrito e, se o não fizer no prazo de 15 dias, pode a Ordem dos Advogados proceder à respectiva apreensão judicial.

5 - Pela expedição de cada cédula profissional é cobrada pelos conselhos regionais o emolumento fixado pelo conselho geral, que constitui receita da Ordem dos Advogados.

6 - Às reinscrições correspondem novas cédulas.

Artigo 191.º

Restrições ao direito de inscrição

1 - Não podem ser inscritos:

- a) Os que não possuam idoneidade moral para o exercício da profissão;
- b) Os que tenham sido declarados inabilitados ou interditos nos termos da lei civil, por sentença transitada em julgado;
- c) Os que estejam em situação de incompatibilidade ou inibição do exercício da Advocacia;
- d) Os magistrados e funcionários que, mediante processo disciplinar, hajam sido demitidos, aposentados ou colocados na inactividade por falta de idoneidade moral.

2 - O disposto na alínea d) do número anterior não prejudica a possibilidade de inscrição de candidatos cujas condições realizem o estabelecido no número 3., do artigo 81º.

3 - Para os efeitos da alínea a) do número 1., presumem-se não idóneos para o exercício da profissão, designadamente, os condenados por qualquer crime gravemente desonroso.

4 - Aos Advogados e Advogados estagiários que se encontrem em qualquer das situações enumeradas no número anterior é suspensa ou cancelada a inscrição.

5 - A verificação de falta de idoneidade moral é sempre objecto de processo próprio, nos termos do disposto nos artigos 175.º a 177.º, com as seguintes adaptações:

- a) Para a instrução e julgamento é competente o conselho de deontologia da região onde tenha sido requerida a inscrição;
- b) Há lugar a audiência pública apenas quando requerida pelo interessado.

Artigo 192.º

Inscrições preparatórias e nos quadros da Ordem dos Advogados

- 1 - A inscrição rege-se pelo presente Estatuto e respectivos regulamentos e é requerida junto do conselho regional em que o advogado ou o advogado estagiário pretenda ter o domicílio para o exercício da profissão ou para fazer estágio.
- 2 - O requerimento deve ser acompanhado de certidão do registo de nascimento, documento comprovativo da habilitação académica necessária, em original ou pública-forma ou, na falta deste, documento comprovativo de que já foi requerido e está em condições de ser expedido, certificado do registo criminal, declaração de advogado na qual este declare aceitar a direcção do estágio, boletins preenchidos nos termos regulamentares, assinados pelos interessados e acompanhados de três fotografias.
- 3 - Para a inscrição como Advogado é dispensada a apresentação de documento comprovativo da habilitação académica necessária quando a mesma já conste dos arquivos da Ordem dos Advogados.
- 4 - No requerimento pode o interessado indicar, para uso no exercício da profissão, nome abreviado, que não é admitido se for susceptível de provocar confusão com outro anteriormente requerido ou inscrito, excepto se o possuidor deste com isso tiver concordado.

Artigo 193.º

Exercício da Advocacia por não inscritos

- 1 - Os que transgredirem o preceituado no número 1., do artigo 65.º são, salvo nomeação judicial e sem prejuízo das disposições penais aplicáveis, excluídos do processo por despacho do juiz ou do tribunal, proferido oficiosamente, mediante reclamação apresentada pelos conselhos ou delegações da Ordem dos Advogados ou a requerimento dos interessados.
- 2 - Deve o juiz, no seu prudente arbítrio, acautelar no seu despacho dano irreparável dos legítimos interesses das partes.

3 - O transgressor é inibido de continuar a intervir na lide e, desde logo, o juiz nomeia Advogado officioso que represente os interessados, até que estes provejam dentro do prazo que lhes for concedido sob pena de, findo o prazo, cessar de pleno direito a nomeação, suspendendo-se a instância ou seguindo a causa à revelia.

CAPÍTULO II

Estágio

Artigo 194.º

Objectivos do estágio e sua orientação

1 - O pleno e autónomo exercício da Advocacia depende de um tirocínio sob orientação da Ordem dos Advogados, destinado a habilitar e certificar publicamente que o candidato obteve formação técnico-profissional e deontológica adequada ao início da actividade e cumpriu com os demais requisitos impostos pelo presente Estatuto e regulamentos para a aquisição do título de Advogado.

2 - O acesso ao estágio, a transmissão dos conhecimentos de natureza técnicoprofissional e deontológica e o inerente sistema de avaliação são assegurados pelos serviços de estágio da Ordem dos Advogados, nos termos dos regulamentos aprovados.

Artigo 195.º

Patronos e requisitos para aceitação do tirocínio

1 - Os patronos desempenham um papel fundamental ao longo de todo o período de estágio, sendo a sua função iniciar e preparar os estagiários para o exercício pleno da Advocacia.

2 - Só podem aceitar a direcção do estágio, como patronos, os Advogados com, pelo menos, cinco anos de exercício efectivo de profissão, sem punição disciplinar superior à de multa.

3 - Incumbe ao patrono:

- a) Acompanhar a preparação dos seus estagiários;
- b) Assegurar as intervenções processuais obrigatórias;
- c) Providenciar para que os estagiários cumpram os demais deveres do estágio;
- d) Elaborar um relatório final do estágio de cada estagiário.

Artigo 196.º

Aplicabilidade do Estatuto

Os Advogados estagiários ficam, desde a sua inscrição, obrigados ao cumprimento do presente Estatuto e demais regulamentos.

Artigo 197.º

Inscrição no estágio

Podem requerer a sua inscrição como Advogados estagiários aqueles que detenham um dos seguintes graus em Direito:

- a) A licenciatura em Direito obtida antes do processo de Bolonha, no âmbito de curso nacional ou estrangeiro, oficialmente reconhecido;
- b) A licenciatura em Direito e o mestrado em Direito obtido depois do processo de Bolonha, no âmbito de curso nacional ou estrangeiro, oficialmente reconhecido.

Artigo 198.º

Duração do estágio, suas fases e prova de agregação

1 - O estágio visa a formação dos Advogados estagiários através do exercício da profissão sob a orientação do patrono, tendo em vista o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e a aquisição da consciência deontológica, em termos a definir pelo conselho geral.

2 - O estágio tem início, pelo menos, uma vez em cada ano civil, em datas a fixar pelo conselho geral, e a duração máxima de 18 meses, contados da data de inscrição até à realização da prova referida no número 5.

3 - A primeira fase do estágio, com a duração mínima de seis meses, destina-se a habilitar os estagiários com os conhecimentos técnico-profissionais e deontológicos essenciais para a prática de actos próprios da profissão, podendo ser exigido aos estagiários a feitura de trabalhos ou relatórios que comprovem os conhecimentos adquiridos, os quais devem ser tidos em conta na sua avaliação final como elementos integrantes da prova de agregação.

4 - A segunda fase do estágio visa uma formação alargada, complementar e progressiva dos Advogados estagiários através da vivência da profissão, baseada no relacionamento com os patronos, intervenções judiciais em práticas tuteladas, contactos com a vida judiciária e demais serviços relacionados com a actividade profissional, assim como o aprofundamento dos conhecimentos técnicos e da consciência deontológica mediante a frequência de acções de formação temática e participação no regime do acesso ao direito e à justiça no quadro legal vigente.

5 - O estágio termina com a realização da prova de agregação, na qual são avaliados os conhecimentos adquiridos nas duas fases do estágio, dependendo a atribuição do título de Advogado de aprovação nesta prova.

6 - O Advogado estagiário pode requerer a suspensão do seu estágio até um período máximo de seis meses, importando esta sempre a suspensão da duração do tempo de estágio e o seu reingresso na fase em que se encontrava aquando da suspensão.

7 - Excepcionalmente e a requerimento do Advogado estagiário, pode ser autorizada a prorrogação do tempo de estágio por período não superior a seis meses.

8 - Cabe ao conselho geral regulamentar o do modelo concreto de formação inicial e complementar durante o estágio.

Artigo 199.º

Competência e deveres dos Advogados estagiários

1 - Concluída a primeira fase do estágio, o Advogado estagiário pode, sempre sob orientação do patrono, praticar os seguintes actos próprios da profissão:

- a) Todos os actos da competência dos solicitadores;
- b) Exercer a consulta jurídica.

2 - O Advogado estagiário pode praticar os actos próprios da profissão não incluídos no número anterior, desde que efectivamente acompanhado pelo respectivo patrono.

3 - O Advogado estagiário deve indicar, em qualquer ato em que intervenha, apenas e sempre esta sua qualidade profissional.

4 - São deveres dos Advogados estagiários durante todo o seu período de estágio e formação:

- a) Observar escrupulosamente as regras, condições e limitações admissíveis na utilização do escritório do patrono;
- b) Guardar respeito e lealdade para com o patrono;
- c) Submeter-se aos planos de estágio que vierem a ser definidos pelo patrono;
- d) Colaborar com o patrono sempre que este o solicite e efectuar os trabalhos que lhe sejam determinados, desde que se revelem compatíveis com a actividade do estágio;
- e) Colaborar com empenho, zelo e competência em todas as actividades, trabalhos e acções de formação que venha a frequentar no âmbito dos programas de estágio;
- f) Guardar sigilo profissional;
- g) Comunicar ao serviço de estágio competente qualquer facto que possa condicionar ou limitar o pleno cumprimento das normas estatutárias e regulamentares inerentes ao estágio;
- h) Cumprir em plenitude todas as demais obrigações deontológicas e regulamentares no exercício da actividade profissional.

Artigo 200.º

Estágio profissional promovido pelo serviço público de emprego

O estágio profissional da Ordem dos Advogados não se confunde com o estágio promovido pelo serviço público de emprego.

CAPÍTULO III

Formação contínua

Artigo 201.º

Objectivos

A formação contínua constitui um dever de todos os Advogados, sendo da responsabilidade da Ordem dos Advogados a organização dos serviços de formação destinados a garantir uma constante actualização dos seus conhecimentos técnico-jurídicos, dos princípios deontológicos e dos pressupostos do exercício da actividade, incidindo predominantemente sobre temas suscitados pelo desenvolvimento das ciências jurídicas e dos avanços tecnológicos e pela evolução da sociedade civil.

Artigo 202.º

Regulamentação

1 - O conselho geral regulamenta a organização, a nível nacional, dos serviços de formação contínua, que garantam o cumprimento do dever referido no artigo anterior, visando uma efectiva coordenação das iniciativas dos centros de estudos e dos serviços de formação dos diversos serviços de estágio e das delegações que se constituam como pólos de formação permanente.

2 - Na elaboração dos programas de formação contínua podem ser prosseguidas parcerias e formas de colaboração e participação com outras entidades ou instituições.

CAPÍTULO IV

Inscrição como Advogado

Artigo 203.º

Requisitos de inscrição

1 - A inscrição como Advogado depende da conclusão do estágio com aprovação na prova de agregação, nos termos do presente Estatuto.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior, prescindindo-se da realização do estágio, podendo requerer a sua inscrição imediata como Advogados:

a) Os doutores em Ciências Jurídicas, com efectivo exercício da docência de Direito no ensino superior ou politécnico;

b) Os antigos magistrados com efectivo exercício profissional.

3 - Para efeitos da alínea a) do número anterior, é relevante a docência exercida antes e depois do doutoramento.

4 - Nos casos previstos no número 2., a inscrição como Advogado depende da realização de um tirocínio, com a duração máxima de seis meses, sob a orientação de um patrono escolhido pelo interessado, visando a apreensão dos princípios deontológicos.

Artigo 204.º

Exercício da Advocacia por estrangeiros

1 - Os estrangeiros oriundos de Estados não membros da União Europeia diplomados por qualquer faculdade de Direito de Portugal podem inscrever-se na Ordem dos Advogados, nos mesmos termos dos portugueses, se a estes o seu país conceder reciprocidade.

2 - Os estrangeiros oriundos de Estados não membros da União Europeia diplomados por qualquer faculdade de Direito, legalmente habilitados a exercer Advocacia no país de origem, podem inscrever-se na Ordem dos Advogados, desde que esta tenha protocolado um regime de reciprocidade com a entidade competente.

Artigo 205.º

Publicação obrigatória

Todos os regulamentos emergentes dos competentes órgãos da Ordem dos Advogados devem ser obrigatoriamente publicadas na 2.^a série do Diário da República.

CAPÍTULO V

Advogados de outros Estados membros da União Europeia

Artigo 206.º

Reconhecimento do título profissional

1 - São reconhecidas em Portugal, na qualidade de Advogados, e como tal autorizadas a exercer a respectiva profissão, nos termos dos artigos subsequentes, as pessoas que, nos respectivos países membros da União Europeia, estejam autorizadas a exercer as actividades profissionais com um dos títulos profissionais seguintes:

Na Bélgica - Avocat/Advocaat/Rechtsanwalt;

Na Dinamarca - Advokat;

Na Alemanha - Rechtsanwalt;

Na Grécia - διγγοκόφοι;

Em Espanha - Abogado/Avocat/Avogado/Abokatu;

Em França - Avocat;

Na Irlanda - Barrister/Solicitor;

Em Itália - Avvocato;

No Luxemburgo - Avocat;

Nos Países Baixos - Advocaat;

Na Áustria - Rechtsanwalt;

Na Finlândia - Asianajaja/Advokat;

Na Suécia - Advokat;

No Reino Unido - Advocate/Barrister/Solicitor;

Na República Checa - Advokát;



Na Estónia - Vandeadvokaat;
No Chipre - dijgcóqoy;
Na Letónia - Zverinats advokáts;
Na Lituânia - Advokatas;
Na Hungria - Ügyvéd;

Em Malta - Avukat/Prokuratur Legali;
Na Polónia - Advokat/Radca prawny;
Na Eslovénia - Odvetnik/Odvetnica;
Na Eslováquia - Advokát/Komer*y' právník;
Na Bulgária - адвокат;
Na Roménia - Avocat;
Na Croácia - Odvjetnik, Odvjetnica.

2 - O mesmo regime de reconhecimento vale para os Advogados de outros países que gozam de liberdade de prestação de serviços segundo o direito da União Europeia.

Artigo 207.º

Modos de exercício profissional

1 - Qualquer dos Advogados identificados no artigo anterior, adiante designados por Advogados da União Europeia, pode, de harmonia com o disposto no artigo seguinte, exercer a sua actividade em Portugal com o seu título profissional de origem, expresso na respectiva língua oficial e com a indicação da organização profissional a que pertence ou da jurisdição junto da qual se encontra admitido nos termos da lei do seu Estado de origem.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a representação e o mandato judiciais perante os tribunais portugueses só podem ser exercidos por Advogados da União Europeia que exerçam a sua actividade com o seu título profissional de origem sob a orientação de Advogado inscrito na Ordem dos Advogados.



3 - Os Advogados da União Europeia podem ainda exercer a sua actividade em Portugal com o título de Advogado, mediante prévia inscrição na Ordem dos Advogados.

Artigo 208.º

Exercício com o título profissional de origem

1 - A prestação ocasional de serviços profissionais de Advocacia em Portugal por Advogados da União Europeia que exerçam a sua actividade com o seu título profissional de origem é livre, sem prejuízo de estes deverem dar prévio conhecimento desse facto à Ordem dos Advogados.

2 - O estabelecimento em Portugal de Advogados da União Europeia que pretendam exercer a sua actividade com o seu título profissional de origem depende de prévio registo na Ordem dos Advogados.

3 - O registo a que se refere o número anterior é feito nos termos do regulamento de registo e inscrição dos Advogados provenientes de outros Estados Membros da União Europeia, mediante a exibição pelo Advogado do título comprovativo do seu direito a exercer a profissão no Estado membro de origem, bem como de certidão comprovativa de que aquele direito não foi suspenso ou retirado em consequência de processo penal ou disciplinar.

4 - Os documentos a que se refere o número anterior também podem ser exigidos ao Advogado que preste serviços profissionais de Advocacia nos termos do número 1., do presente artigo.

Artigo 209.º

Estatuto profissional



1 - Na prestação de serviços profissionais de Advocacia em Portugal os Advogados da União Europeia que exerçam a sua actividade com o seu título profissional de origem estão sujeitos às regras profissionais e deontológicas aplicáveis aos Advogados portugueses, sem prejuízo das regras do Estado de origem a que devam continuar a sujeitar-se.

2 - Os Advogados da União Europeia estabelecidos em Portugal a título permanente e registados nos termos do artigo anterior elegem, de entre si, um representante ao congresso dos Advogados portugueses.

Artigo 210.º

Inscrição na Ordem dos Advogados

1 - O estabelecimento em Portugal de Advogados da União Europeia que pretendam exercer a sua actividade com o título profissional de Advogado, em plena igualdade de direitos e deveres com os Advogados portugueses, depende de prévia inscrição na Ordem dos Advogados.

2 - A utilização do título profissional de Advogado não prejudica o direito de utilização do título profissional de origem, nos termos do disposto no número 1., do artigo 209.º.

Artigo 211.º

Responsabilidade disciplinar

1 - Os Advogados da União Europeia que exerçam a sua actividade com o seu título profissional de origem estão sujeitos às sanções disciplinares previstas para os Advogados portugueses, devendo o respectivo processo disciplinar ser instruído em colaboração com a organização profissional equivalente do Estado de origem, a qual é informada da sanção aplicada.

2 - A responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados é independente da responsabilidade disciplinar perante a organização profissional do respectivo Estado de origem, valendo, no entanto, a comunicação por esta última dos factos que determinaram a instauração de um processo disciplinar ou a aplicação de uma sanção a

um Advogado que também exerça a sua actividade em Portugal como participação disciplinar para efeitos do disposto no regulamento disciplinar.

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Advogado da União Europeia que tenha sido suspenso ou proibido de exercer a profissão pela organização profissional do Estado de origem fica automaticamente impedido de exercer a sua actividade em Portugal com o seu título profissional de origem, enquanto durar aquela suspensão ou proibição.

Artigo 212.º

Sociedades de Advogados

Os Advogados estabelecidos em território nacional podem exercer em grupo a profissão, constituindo ou ingressando como sócios ou associados em sociedades de Advogados.

CAPÍTULO VI

Sociedades de Advogados

Artigo 213.º

Sociedades de Advogados

1 - Os Advogados podem exercer a profissão constituindo ou ingressando em sociedades de Advogados, como sócios ou associados.

2 - As sociedades de Advogados gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres aplicáveis aos Advogados que sejam compatíveis com a sua natureza, estando nomeadamente sujeitas aos princípios e regras deontológicos constantes do presente Estatuto.

3 - Os membros do órgão executivo das sociedades de Advogados só podem ser Advogados.



4 - Os referidos membros, independentemente da sua qualidade como Advogados inscritos na Ordem dos Advogados, devem respeitar os princípios e regras deontológicos, a autonomia técnica e científica e as garantias conferidas aos Advogados pela lei e pelo presente Estatuto.

5 - Não é permitido às sociedades de Advogados exercer, directa ou indirectamente, a sua actividade em qualquer tipo de associação ou integração com outras profissões, actividades e entidades cujo objecto social não seja o exercício exclusivo da Advocacia.

6 - A constituição e funcionamento das sociedades de Advogados consta de diploma próprio.

7 - As relações entre os Advogados que integram as sociedades, designadamente entre os sócios, os associados e os estagiários, bem como as relações contratuais com os demais Advogados que prestem serviços a essas sociedades, são objecto de regulamento próprio.

Artigo 214.º

Sócios

Os sócios só podem exercer a actividade profissional de Advogado numa única sociedade, não podendo exercer tal actividade fora desta, salvo se o contrato de sociedade dispuser em contrário ou for celebrado acordo escrito nesse sentido por todos os sócios.

Artigo 215.º

Associados

1 - Nas sociedades de Advogados podem exercer a sua actividade profissional Advogados não sócios que tomam a designação de associados.

2 - Os direitos e deveres dos associados devem constar do contrato de sociedade ou ficar definidos nos planos de carreira e deles deve ser dado conhecimento ao associado, no momento da sua integração na sociedade.

Artigo 216.º

Alteração do contrato

As alterações do contrato de sociedade dependem de deliberação dos sócios, aprovada por maioria de 75% dos votos expressos.

Artigo 217.º

Aprovação do projecto de pacto social

O projecto de pacto social é submetido à aprovação do conselho geral da Ordem dos Advogados, que decide em 30 dias.

Artigo 218.º

Correspondência e documentos

1 - A firma da sociedade e a menção do regime de responsabilidade devem constar da correspondência e de todos os documentos da sociedade e dos escritos profissionais dos sócios, associados ou estagiários.

2 - Sem prejuízo do previsto no número anterior, é permitido o uso de denominações abreviadas com recurso às iniciais dos nomes que compõem a firma da sociedade, bem como de logótipos, sujeitos a aprovação nos termos do artigo anterior.

Artigo 219.º

Participações sociais

A transmissão da participação de capital do sócio não implica a extinção da respectiva participação de indústria, salvo deliberação unânime em contrário.

Artigo 220.º

Votos

Em assembleia-geral, o sócio pode fazer-se representar no exercício do direito de voto por outro sócio, mandatado para o efeito.

Artigo 221.º

Administração da sociedade

O exercício dos poderes de administração deve conformar-se com a independência do sócio enquanto Advogado, relativamente à prática dos respectivos actos profissionais.

Artigo 222.º

Dissolução imediata

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei, no contrato de sociedade e ainda:

- a) Quando, no prazo de seis meses, não for reconstituída a pluralidade de sócios;
- b) Por deliberação dos sócios, aprovada por unanimidade, salvo se diversamente convencionado no contrato de sociedade.

TÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

Artigo 223.º

Usurpação de funções e procuradoria ilícita

1 - Quem, sem estar inscrito na Ordem dos Advogados, exercer funções ou praticar actos próprios de Advogado, auxiliar ou colaborar nessa prática, a título remunerado ou gratuito, ou se arrogar, expressa ou tacitamente, titular da qualidade de Advogado, quando a não possui, é punido com pena de prisão até dois anos ou pena de multa até 240 dias.

2 - A mesma pena é aplicável a quem, por si ou por interposta pessoa, exerça funções de administração, gestão, direcção, ou a quem colabore, a qualquer título, em escritório ou gabinete em que se pratiquem actos próprios de Advogado sem a necessária habilitação ou autorização legais.

3 - No caso previsto no número anterior a Ordem dos Advogados pode requerer o encerramento do escritório ou gabinete junto das autoridades judiciais competentes.

4 - A Ordem dos Advogados tem legitimidade para se constituir assistente nos termos previsto no número 3., do art.º 5.º

Artigo 224.º

Balcão único

1 - Todos os pedidos, comunicações e notificações previstos no presente Estatuto entre a Ordem dos Advogados e os Advogados, sociedades de Advogados, com excepção dos relativos a procedimentos disciplinares, são realizados por meios electrónicos, através do balcão único electrónico dos serviços, referido nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, acessível através do sítio na Internet da Ordem dos Advogados.

2 - A apresentação de documentos em forma simples nos termos do número anterior dispensa a remessa dos documentos originais, autênticos, autenticados ou certificados, sem prejuízo do disposto nas alíneas *a)* e *c)* do número 3., e nos números 4., e 5., do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho.

3 - Quando não for possível o cumprimento do disposto no número 1., por motivos de indisponibilidade das plataformas electrónicas, bem como nos casos em que o interessado não disponha de meios que lhe permitam aceder às mesmas, a transmissão da informação em apreço pode ser feita por entrega nos serviços da Ordem dos Advogados, por remessa pelo correio sob registo, por telecópia ou por correio electrónico.

4 - São ainda aplicáveis aos procedimentos referidos no presente artigo o disposto nas alíneas *d)* e *e)* do artigo 5.º e no número 1., do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho.

Artigo 225.º

Informação na Internet

Para além da informação referida no número 3., do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, e no número 4., do artigo 19.º, da Directiva n.º 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno, a Ordem dos Advogados deve disponibilizar ao público em geral, através do seu sítio na Internet, as seguintes informações:

- a) Regime de acesso e exercício da profissão;
- b) Princípios e regras deontológicas aplicáveis aos Advogados;

- c) Procedimento de apresentação de queixa ou reclamações pelos destinatários relativamente aos serviços prestados pelos Advogados no âmbito da sua actividade;
- d) Ofertas de emprego na Ordem dos Advogados;
- e) Registo actualizado dos Advogados inscritos na Ordem dos Advogados, donde conste:
 - i) O nome, o domicílio profissional e o número de cédula profissional;
 - ii) A designação do título e das especialidades profissionais;
 - iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da actividade, se for caso disso.
- f) Registo actualizado dos advogados da União Europeia, donde conste:
 - i) O nome e o domicílio profissionais e, caso exista, a designação do título profissional de origem e das respectivas especialidades;
 - ii) A identificação da associação pública profissional do Estado membro de origem, na qual o profissional se encontre inscrito;
 - iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da actividade, se for caso disso;



g) Registo actualizado de sociedades de Advogados, sede, número de inscrição e número de identificação fiscal ou equivalente.

Artigo 226.º

Cooperação administrativa

A Ordem dos Advogados presta e solicita às autoridades administrativas dos outros Estados membros e à Comissão Europeia assistência mútua e toma as medidas necessárias para cooperar eficazmente, nomeadamente através do Sistema de Informação do Mercado Interno, no âmbito dos procedimentos relativos a prestadores de serviços já estabelecidos noutra Estado membro, nos termos do Capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, do número 2., do artigo 51.º, da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de Agosto, e dos números 2., e 3., do artigo 19.º, da Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico.

Artigo 227.º

Tribunal arbitral

1 - Os conflitos entre sócios de uma sociedade de Advogados, ou entre estes e a sociedade, podem ser submetidos a tribunal arbitral, nos termos da lei e de proposta de regulamento a elaborar pelo conselho geral da Ordem dos Advogados.

2 - Da decisão final do tribunal arbitral cabe recurso para os tribunais judiciais.